



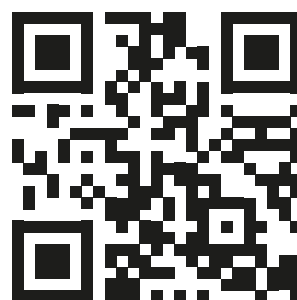
**Enap**

**info**GOV

# Informe de **PESSOAL**

---

*Análise por  
Organização*



[infogov.enap.gov.br](http://infogov.enap.gov.br)

## Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

**Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares**

Diretor de Educação Continuada

**Paulo Marques**

Diretora de Formação Profissional e Especialização

**Iara Cristina da Silva Alves**

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu

**Fernando de Barros Filgueiras**

Diretor de Inovação e Gestão do Conhecimento

**Guilherme Alberto Almeida de Almeida**

Diretora de Gestão Interna

**Camile Sahb Mesquita**

Equipe Técnica

Coordenador-Geral de Ciência de Dados: **Flávio Cireno Fernandes**; Coordenador de Ciência de Dados: **Pedro Lucas de Moura Palotti**; Gerente de Projeto: **Pedro Masson Sesconetto Souza**

Equipe de Pesquisa

**Flávio Souza da Vitória, Danilo Santos Cardoso, Álvaro João Pereira Filho, Karine Soares Alves dos Santos**

Fotografias

**unsplash.com**

**<https://www.nappy.co/>**

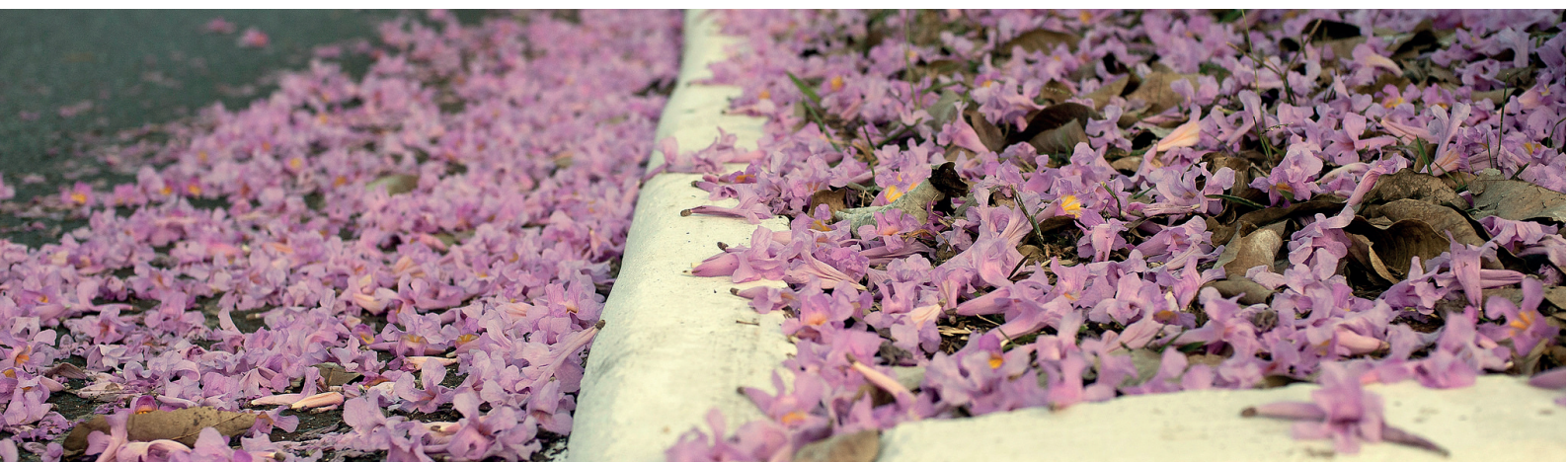
Flickr Empresa Brasil Comunicação: **<https://www.flickr.com/photos/129729681@N06/>**  
(capa)

Diagramação

**Amanda Soares**

**Brasília | Novembro de 2018**

**É permitida a reprodução do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.**



## Nesta Edição:

Editorial	2
Os agrupamentos organizacionais	3
Percentual de servidores por agrupamento	7
Escolaridade	9
Remuneração– Natureza Organizacional	16
Remuneração– Área de Governo	23
Funções e Cargos Comissionados	29
Agências Reguladoras	30
Universidades Federais e Institutos Federais (IFES)	35
Os demais agrupamentos	44



## editorial

O leitor tem em mãos o Informe de Pessoal – Análise por Organizações, segundo informe lançado pela Coordenação-Geral de Ciência de Dados (CGCD), pertencente a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu (DPPG), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Nessa edição a CGCD traz uma análise sobre a escolaridade, a remuneração, a ocupação de cargos de confiança e a participação de mulheres e negros/indígenas nesses cargos, entre os servidores públicos do Poder Executivo Federal. Desse modo, serão levados em consideração as distintas classificações das organizações nas quais esses servidores exercem suas atividades.

As classificações utilizadas nessa edição são relativas à natureza das organizações. Isto é, utiliza-se uma classificação de acordo com a natureza jurídica dos órgãos, indo além da divisão entre Administração Direta e Indireta. Dessa forma o Informe traz um recorte com grupos mais coesos. A administração direta foi agrupada isoladamente e sem subdivisões, já a administração indireta foi subdivida em 6 grupos: Universidades Federais, Institutos Federais de Ensino, Agências Reguladoras, Escolas de Governo/Pesquisa, Superintendências e Outras autarquias e fundações.

A segunda classificação utilizada foi a mesma aplicada em publicação anterior da CGCD sobre os serviços públicos de

atendimento do governo federal. Nessa classificação leva-se em conta o tipo de serviço que a organização presta para a sociedade. As organizações são subdivididas em quatro grupos: social, economia e meio ambiente, infraestrutura e estado.

As análises que o leitor terá contato nas próximas páginas foram realizadas a partir dos dados contidos no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e a classificação da natureza jurídica constante no Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

O Informe mostra-se inovador devido ao volume de dados que foram trabalhados. A estimativa é de que foram tratados e analisados mais de 2 bilhões de registros relativos ao pagamento de servidores públicos no âmbito da Administração Pública Federal, cobrindo 18 anos (2000 a 2018) da história recente do Poder Executivo.

O Informe mantém a tradição da ENAP de contribuir para a publicização dos dados referentes à Administração Pública Federal (APF) de forma intuitiva ao cidadão visando a consolidação da transparência dos dados do governo federal brasileiro e a produção e disseminação de informação sobre o serviço público.

Boa Leitura!





## os agrupamentos organizacionais

Nesta edição, o Informe de Pessoal – Análise por reune Organizações traz as organizações do poder executivo federal agrupadas de acordo com duas lógicas distintas: uma que leva em conta a natureza jurídica dos órgãos; e outra que guarda relação com os serviços ofertados à população.

A classificação pela natureza jurídica vai além da divisão usual entre administração direta e indireta, sendo a segunda composta por autarquias e fundações<sup>1</sup>. Nessa classificação, a estrutura de cargos e também outras similaridades entre os órgãos foram utilizadas para formar grupos mais coesos e permitir uma análise comparativa mais intuitiva para a sociedade.

Foram estabelecidos 7 grupos sendo que 6 deles são subdivisões da administração indireta. São eles: universidades federais; institutos federais de ensino; superintendências; agências reguladoras; escolas de governo/pesquisa, superintendências e outras autarquias e fundações. O sétimo grupo são os órgãos da administração direta.

Os quadros abaixo trazem a composição órgão por órgão de cada grupo:

### Administração Direta

MF	MS	MAPA	DPF	CMAR	MD	MJSP	MRE	MDS	PR	MDH	DPRF
MTPA	AGU	MTB	MCTIC	ME	COMAER	MDIC	MTUR	MP	CEX	MEC	MINC
PREVIC	MIN	CGU	MME	MMA	MCIDADES	IBC	ABIN	INES	CD	VPR	MCB

### Agências Reguladoras

ANA	ANAC	ANATEL	ANCINE	ANEEL	ANP	ANS	ANTAQ	ANTT	ANVISA
-----	------	--------	--------	-------	-----	-----	-------	------	--------

### Escolas de Governo/Pesquisa

CAPES	CNPQ	ENAP	FBN	FIOCRUZ	FUNDAJ	IBGE	IPEA
-------	------	------	-----	---------	--------	------	------

### Institutos Federais de Ensino

CEFET-MG	CEFET-RJ	CP II	IF BAIANO	IF ES	IF GOIANO	IF MT	IFAC	IFAL	IFAM	IFAP
IFB	IFBA	IFC	IFCE	IFFAR	IFFLU	IFGO	IFMA	IFMG	IFMGSE	IFMS
IFNMG	IFPA	IFPB	IFPE	IFPI	IFPR	IFRJ	IFRN	IFRO	IFRR	IFRS
IFSC	IFSE	IFSP	IFSPE	IFSUL	IFSULDEMINAS	IFTO	IFTRIANG			

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que os dados do SIAPE não abarcam os empregados públicos que estão em empresas públicas e sociedades de economia mista. Também não consta no banco os dados sobre servidores do Banco Central e de alguns servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

## Superintendências



SUDAM	SUDECO	SUDENE	SUFRAMA	SUSEP
-------	--------	--------	---------	-------

## Outras Autarquias e Fundações



AEB	AGLO	FCP	FCRB	FOSORIO	FUNAG	FUNAI	FUNARTE	FUNASA	FUNDACENTRO
FUNPRES-EXE	CADE	CVM	DNIT	DNOCS	DNPM	EMBRATUR	FNDE	IBAMA	IBRAM
ICMBIO	INCRA	INEP	INMETRO	INPI	INSS	IPHAN	JBRJ	CNEN	CFIAE

## Universidades Federais



FUNREI	FURG	UFABC	UFAC	UFAL	UFAM	UFBA	UFCE	UFCG	UFCSPA	UFERSA-RN
UFES	UFESBA	UFF	UFFS	UFGD	UFGO	UFJF	UFLA	UFMA	UFMG	UFMS
UFMT	UFOB	UFOP	UFOPA	UFPA	UFPB	UFPE	UFPEL	UFPI	UFPR	UFRA
UFRB	UFRGS/RS	UFRJ	UFRN	UFRPE	UFRR	UFRRJ	UFS	UFSC	UFSCAR	UFSM/RS
UFT	UFTM	UFU	UFV	UFVJM	UNB	UNIFAL-MG	UNIFAP	UNIFEI	UNIFESP	UNIFESPA
UNILA	UNILAB	UNIPAMPA	UNIR	UNIRIO	UNIVASF	UTFPR				

## Fora do Estado



PETROBRAS	SERPRO	EBC	EBSERH	CODEVASF	EPL	CMB	BNDES
-----------	--------	-----	--------	----------	-----	-----	-------





A classificação dos órgãos de acordo com a área de governo leva em conta os serviços prestados ao cidadão e a natureza das políticas públicas executadas pelos órgãos. Segundo consta na Pesquisa dos Serviços Públicos de Atendimento do Governo Federal<sup>2</sup>:

“é importante ressaltar que não existe uma classificação oficial das áreas de governo... os órgãos foram alocados nessas quatro áreas conforme a contribuição de suas políticas públicas, considerando a análise das listas de serviços públicos de atendimento e identificando-se a política pública majoritária, nos casos em que o órgão pudesse ser enquadrado em mais de uma área.

Vale dizer que o enquadramento de cada órgão nas áreas definidas, para fins desta pesquisa, buscou inspiração e aproximações à divisão de áreas contida no Plano Plurianual PPA – 2016-2019.”

Dessa forma, os órgãos analisados aqui foram agrupados também da seguinte maneira:

### Economia e Meio Ambiente



MF	MAPA	INMETRO	EMBRATUR	IBAMA	MDIC	MTUR	INPI	ICMBIO	MIN
MMA	JBRJ	CVM	SUSEP	SUFRAMA	ANA	SUDECO	SUDAM	SUDENE	

### Estado



DPF	CMAR	IBGE	MD	UFMG	MJSP	MRE	PR	DPRF
AGU	COMAER	MP	CEX	CGU	IPEA	ABIN	FOSORIO	CADE
ENAP	AGLO	FUNAG	CFIAE	FUNPRES-P-EXE	VPR			

<sup>2</sup> Acesse a pesquisa aqui: <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/pesquisas/servicos-publicos-de-atendimento-do-governo-federal>



## Infraestrutura



ANTT	MTPA	ANAC	DNPM	DNIT	ANP	ANP	MCTIC	MCIDADES
AEB	ANEEL	ANATEL	MME	CNEN	ANTAQ	CNPQ	DNOCS	

## Social



UTFPR	INSS	UFMS	IFFAR	UFF	MS	UFLA	UFRJ	UFAM	IFTO
UFTM	UNIPAMPA	FUNAI	UFFS	UNB	IFSUL	UFGD	CEFET-MG	FNDE	UNIR
UFCE	UFMT	UFG	FUNREI	IFBA	IBRAM	IFPE	IFAM	UFSM	UNIFESP
CAPES	MDS	MDH	IFSULDEMINAS	UFPB	UFPEL	IFB	IFGO	IFSP	IFRO
IFRS	UFCG	IFSC	IFPI	IFMT	INCRA	INCRA	UNIFAL-MG	UFSC	UFRB
FURG	IFMA	FIOCRUZ	UFBA	IFNMG	MTB	UFCSPA	UFPI	UNILAB	UFU
IFC	CP II	UFT	UFRPE	CEFET-RJ	ANVISA	UFRN	UNIRIO	UNILA	IFCE
UFMA	IFBAIANO	ME	IFPA	IFRR	UFRGS	IFSE	IFRN	UFESBA	IFGOIANO
IFMGSE	IFPB	UFV	IFTRIANG	UNIFAP	UFPA	UFOPA	IFMG	FUNASA	IFES
UFRA	IFRJ	UFRR	MEC	MINC	PREVIC	UFOP	UFPR	UFAC	UFS
IFMS	IFAC	UNIFEI	FUNDACENTRO	UFJF	ANS	IFSPE	UFRRJ	UFPE	IFPR
IPHAN	UFES	IFFLU	UNIVASF	UFVJM	UFSCAR	UNIFESPA	INEP	IFAP	FUNDAJ
IBC	UFABC	IFAL	UFERSA-RN	FUNARTE	ANCINE	UFOB	UFAL	INES	FCRB
FBN	FCP	UFCA							

As análises que seguem nas próximas páginas utilizarão os agrupamentos apresentados. Isso tornará mais fácil para a sociedade a análise comparativa dos órgãos do executivo federal em termos de: percentual de servidores por grupo; escolaridade; remuneração; estrutura de cargos comissionados e funções; além de recortes de gênero e raça sobre esses temas.



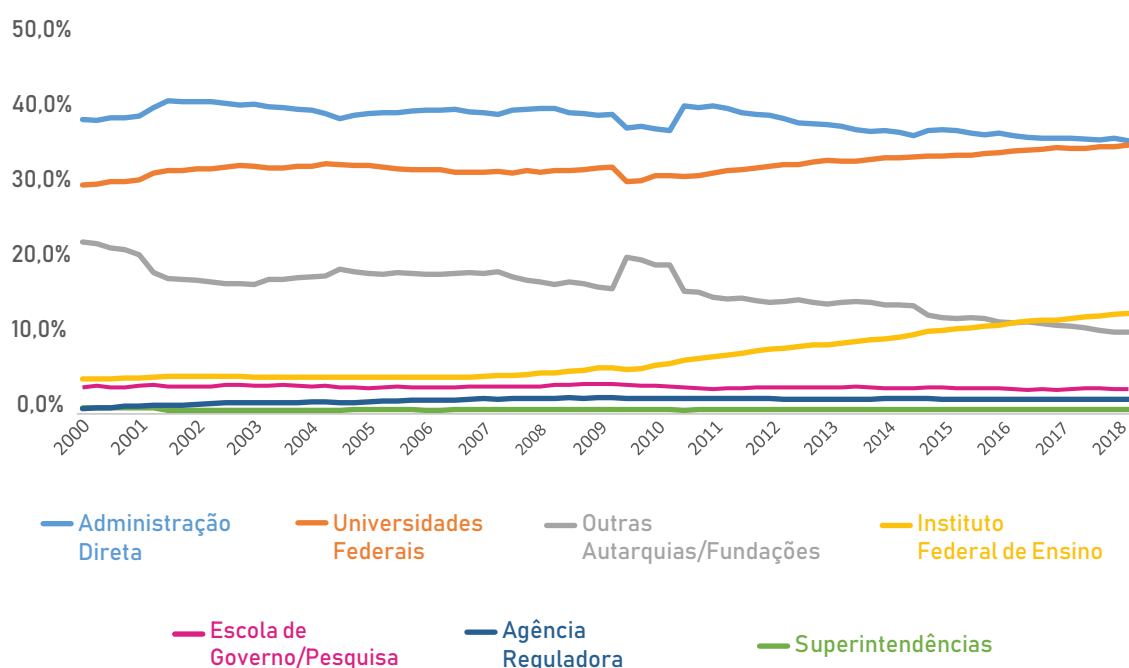
## Percentual de servidores por agrupamento

O gráfico abaixo mostra o percentual de servidores utilizando a classificação dos órgãos por natureza organizacional.

É possível observar que a partir de 2009 os Institutos Federais de Ensino e as Universidades Federais tiveram um aumento mais acentuado no percentual total de servidores.



Percentual de Servidores por Natureza Organizacional



A tabela abaixo mostra a taxa de crescimento no período.



	Percentual em 2000	Percentual em 2018	Taxa de Crescimento
Agência Reguladora	0,36%	1,60%	337,62%
Instituto Federal de Ensino	4,30%	13,04%	203,03%
Universidades Federais	30,20%	35,49%	17,54%
Administração Direta	38,90%	36,12%	-7,14%
Escola de Governo/Pesquisa	3,16%	2,95%	-6,52%
Superintendências	0,45%	0,24%	-48,01%
Outras Autarquias/Fundações	22,63%	10,57%	-53,30%

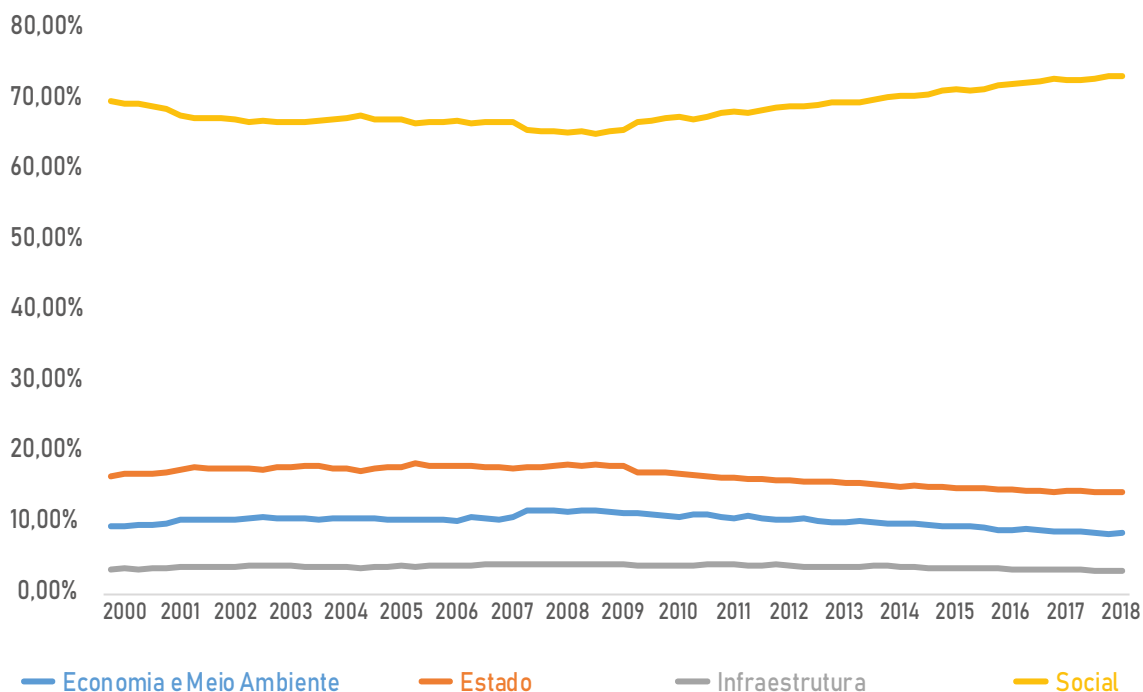
O grupo que teve o maior crescimento foram as agências reguladoras, que apesar de em 2018 representarem apenas 1,60% do total dos servidores, teve ao longo dos 18 anos analisados um crescimento de 337,62%. Destaca-se também a diminuição de aproximadamente 50% dos servidores lotados em superintendências.



O gráfico abaixo mostra a divisão dos servidores por área de governo. Como podemos observar, durante os de 2000 a 2018, a divisão de servidores por área permaneceu estável.



Evolução do Percentual de Servidores – Área de Governo



Dividindo o período de 18 anos em duas partes (2000 - 2009 e 2009–2018) podemos observar movimentos contrários quando comparamos os grupos. De 2000 a 2009 a área social teve um decréscimo de 4% no percentual total de servidores, porém de 2009 a 2018 houve um acréscimo de 9,31%, culminando em uma variação de 4,93% no período.

	Percentual em 2000	Percentual em 2009	Taxa de Crescimento no Período (2000-2009)	Percentual em 2018	Taxa de crescimento no período (2000-2018)	Variação Total
Social	69,96%	67,16%	-4,00%	73,41%	9,31%	4,93%
Estado	16,67%	17,38%	4,24%	14,51%	-16,54%	-13,00%
Economia e Meio Ambiente	9,73%	11,31%	16,17%	8,69%	-23,15%	-10,73%
Infraestrutura	3,63%	4,13%	13,67%	3,40%	-17,83%	-6,59%



O movimento oposto aconteceu nas outras áreas, com uma variação de maior magnitude tanto no acréscimo quanto no decréscimo desses períodos. Por exemplo, a área de Economia e Meio Ambiente teve um crescimento de 16,17% de 2000 a 2009, e um decréscimo de 23,15% de 2009 a 2018, culminando numa variação total de -10,73%.

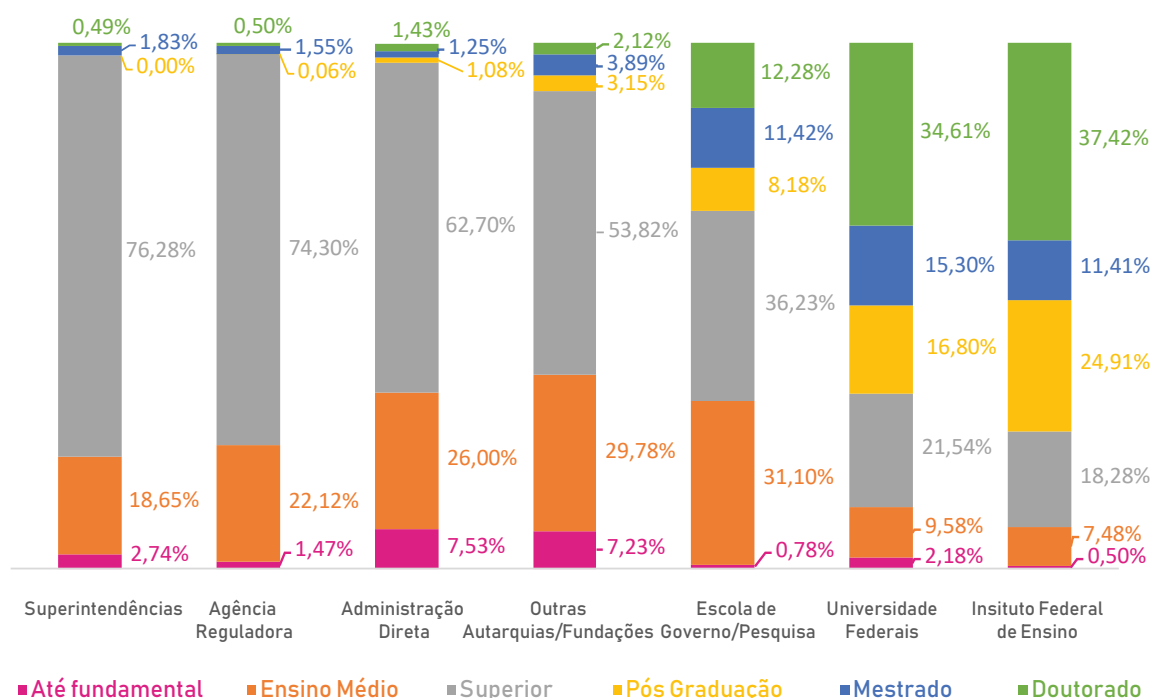


## Escolaridade

O gráfico abaixo traz a composição de escolaridade dos servidores de cada grupo segundo a classificação quanto a natureza organizacional:



Percentual por nível de Escolaridade – Natureza Organizacional (jun/2018)



Observa-se que as superintendências, as agências reguladoras, a administração direta e o grupo “outras autarquias e fundações”, possuem a maior parte dos seus servidores com ensino superior, com uma porcentagem menor do que 4% de servidores com pós-graduação ou mais.

Por outro lado, os grupos escola de governo/pesquisa, universidades federais e institutos federais de ensino possuem mais de 30% do servidores com pós-graduação ou mais, sendo que nos institutos federais esse número chega a 73% do total dos servidores.

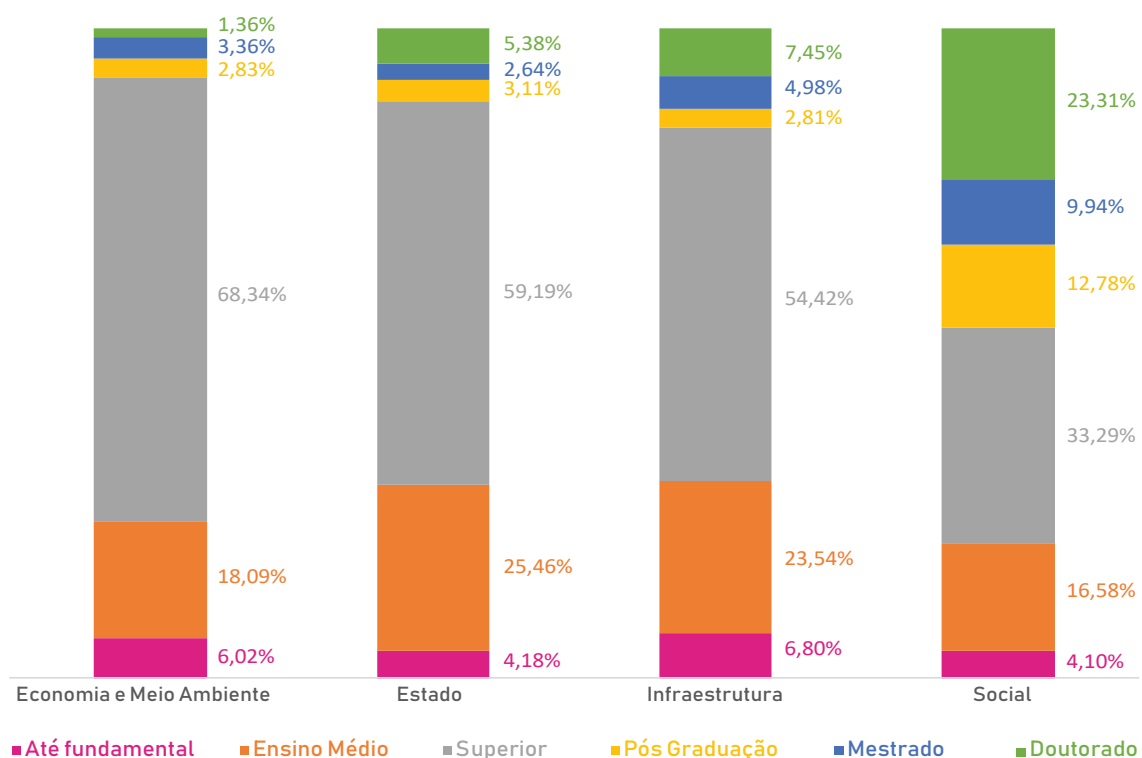


Esse quadro pode ser explicado pelos incentivos para a capacitação das carreiras de professores e pesquisadores, o que favorece a composição dessa diferença em relação as outras organizações. Além disso, é importante observar o significativo volume de servidores com curso superior na administração direta, nas agências reguladoras e nas superintendências, tendo em vista as estratégias de longo prazo para a profissionalização do serviço público.

O gráfico abaixo traz o mesmo recorte anterior sobre escolaridade, porém classificando os órgãos de acordo com a área de governo que atuam:



Percentual por nível de Escolaridade – Área de Governo (jun/2018)



Como pode ser observado, as áreas de economia, estado e infraestrutura são as que possuem a menor parte dos servidores com pós-graduação ou mais, não ultrapassando a marca de 15%. Já as organizações que estão na área social possuem cerca de 46% dos seus servidores com pós-graduação ou mais.



A diferença de composição deve-se ao fato de que na área social, a maior parte das organizações são Institutos Federais de Ensino e Universidades Federais, que, como mostrado na página anterior, possuem mais de 65% de seus trabalhadores nessa faixa de escolaridade.

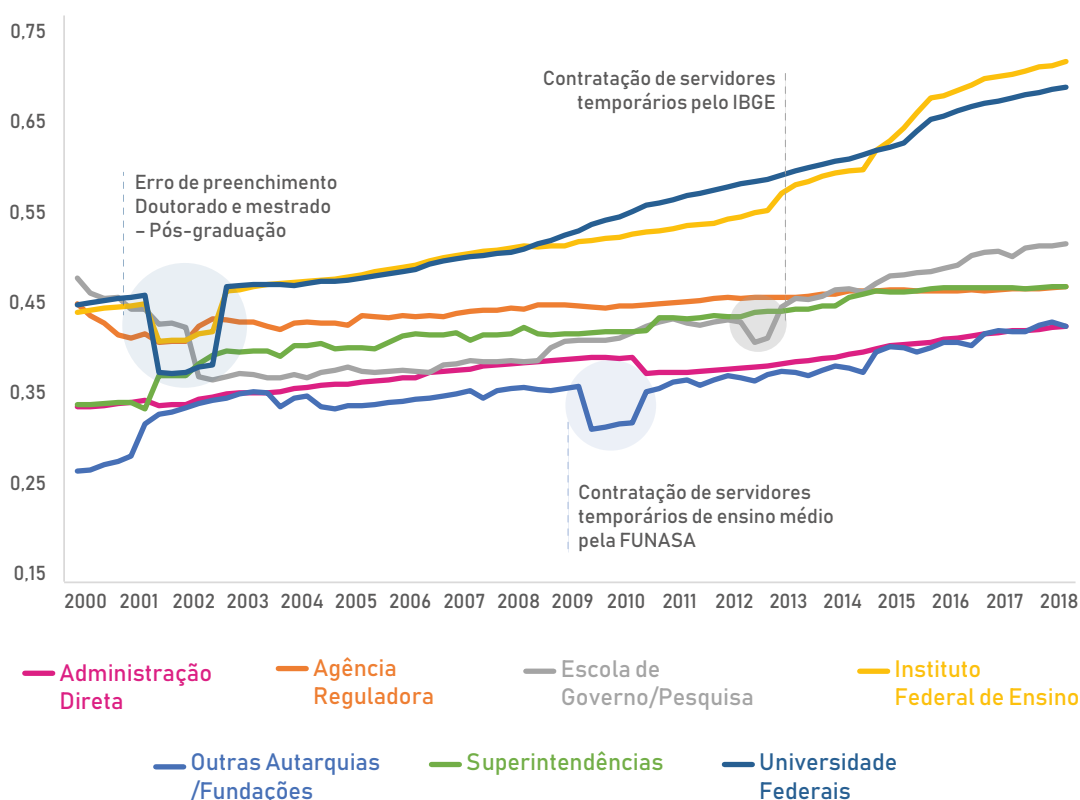
Para fazer um comparativo entre os diferentes grupos ao longo dos 18 anos analisados, foi necessário a construção de um índice, por meio do qual cada categoria de escolaridade (“até fundamental”; “ensino médio”; “ensino superior”; “pós-graduação”; “mestrado” e “doutorado”) foi transformada em valor numérico, com base na quantidade de anos de estudo que teoricamente os

servidores teriam que cursado para alcançar determinado nível de escolaridade.

A transformação se deu da seguinte maneira: dentro de cada agrupamento, cada servidor que possui escolaridade “até fundamental” foi atribuído o valor 9; “ensino médio”, 12; “superior”, 16; “pós-graduação”, 17; “mestrado”, 18; “doutorado”, 22. Foi retirada uma média desses valores e essa média foi transformada em um índice que varia de 0 a 1. Caso todos os servidores de determinado agrupamento fossem doutores, o valor do índice seria 1, se todos servidores possuísem ensino superior o valor seria 0,53 e se todos os servidores possuísem apenas “até fundamental” o valor seria 0.

O gráfico que segue mostra a variação desse índice ao longo dos anos:

Evolução do Índice de Escolaridade – Natureza Organizacional



! Antes de 2007, os Institutos Federais de Ensino eram denominados Centro Educacional de Educação Tecnológica (CEFET). Atualmente ainda existem dois CEFET, o do estado de Minas Gerais e do estado do Rio de Janeiro. Ambos compõem o agrupamento dos Institutos Federais de Ensino.





Como é possível observar, os valores mais altos dos índices são pertencentes aos Institutos Federais de Ensino (0,72) e as Universidades Federais (0,69), devido ao perfil das carreiras acadêmicas que estão nas organizações com essa natureza, que recebem remuneração maior em função da escolaridade. Isto é, um servidor que entrou como mestre possui incentivo para se tornar doutor.

Abaixo temos a taxa de crescimento e o índice de escolaridade relativa a cada grupo:



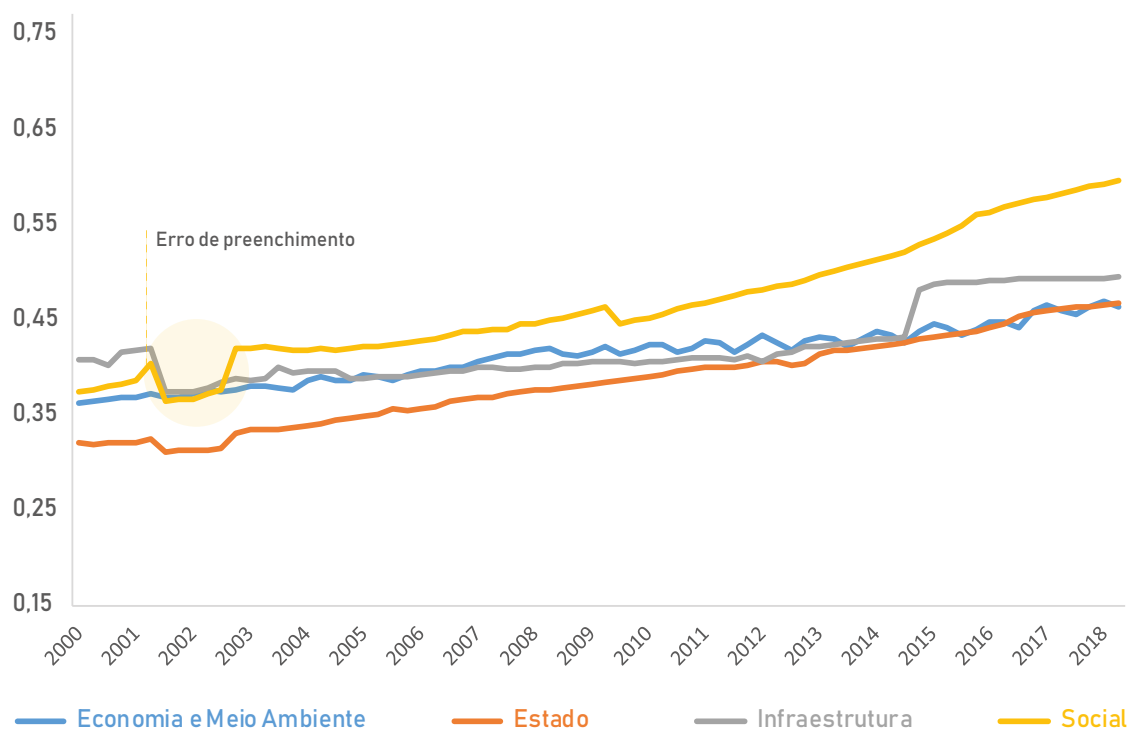
Grupo	Índice de Escolaridade 2000	Índice de Escolaridade 2018	Taxa de Crescimento
Instituto Federal de Ensino	0,44	0,72	62,77%
Universidades Federais	0,45	0,69	53,64%
Escola de Governo/Pesquisa	0,48	0,52	8,03%
Superintendências	0,34	0,47	38,41%
Agência Reguladora	0,45	0,47	4,12%
Outras autarquias e fundações	0,27	0,43	59,99%
Administração Direta	0,34	0,43	26,38%

O crescimento acentuado nos grupos: “Administração Direta” “Outras Autarquias e Fundações” e “Superintendências” provavelmente se deve ao fato da administração pública, como um todo, ter se profissionalizado nos últimos anos, exigindo na maioria dos concursos o título de ensino superior. É possível observar, que nesses grupos citados anteriormente, o Índice de Escolaridade era baixo no ano de 2000 (0,34 na Administração Direta e Superintendências; 0,27 em Outras autarquias e fundações), nas quais uma parte significativa dos servidores não possuíam ensino superior.

A tendência na divisão por área de governo é de crescimento em todas as áreas, como pode ser observado no gráfico abaixo.



Evolução do Índice de escolaridade (2000-2018) – Área de Governo



O aumento do índice de escolaridade por área guarda relação com o comportamento observado no agrupamento por natureza organizacional.

	Índice de Escolaridade 2000	Índice de Escolaridade 2018	Taxa de Crescimento
Social	0,37	0,60	59,52%
Estado	0,32	0,47	45,44%
Infraestrutura	0,41	0,50	21,42%
Economia e Meio Ambiente	0,36	0,46	27,90%



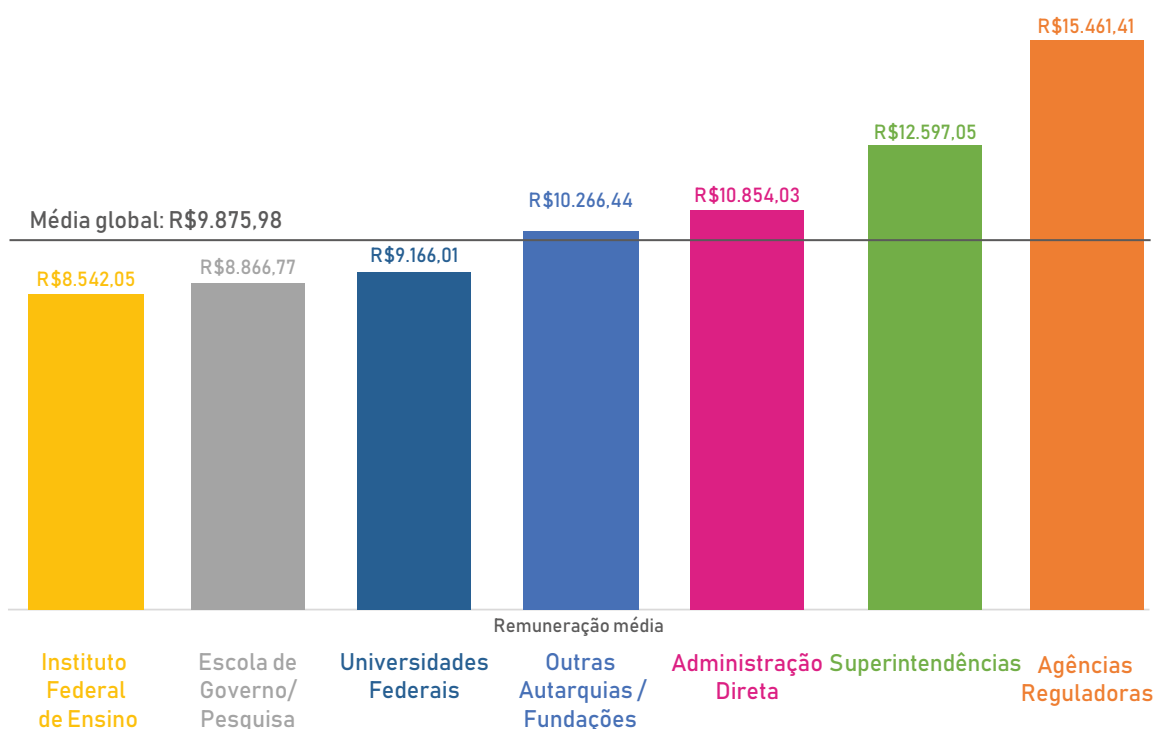
A taxa de crescimento é maior na área social, pois é puxada pelos Institutos Federais de Ensino e as Universidades Federais. As demais áreas cresceram devido a profissionalização dos servidores pela realização de concursos públicos, atingindo em 2018 um índice igual ou próximo de 0,5

## Remuneração- Natureza Organizacional

O conceito de remuneração utilizado nesse informe refere-se ao vencimento básico acrescido das vantagens de caráter permanentes, tais como gratificação de desempenho, retribuição por titulação, gratificação de qualificação, gratificação de atividade, dentre outras, além dos valores recebidos pela ocupação de cargos comissionados e/ou funções. Não está incluso demais valores como férias, auxílios e décimo terceiro. O gráfico abaixo mostra, para o mês de junho de 2018, o valor médio da remuneração por natureza organizacional.



Remuneração média por natureza organizacional



A remuneração média dos servidores das agências reguladoras é 80% maior que a remuneração média dos servidores dos Institutos Federais de Ensino e das Universidades Federais.

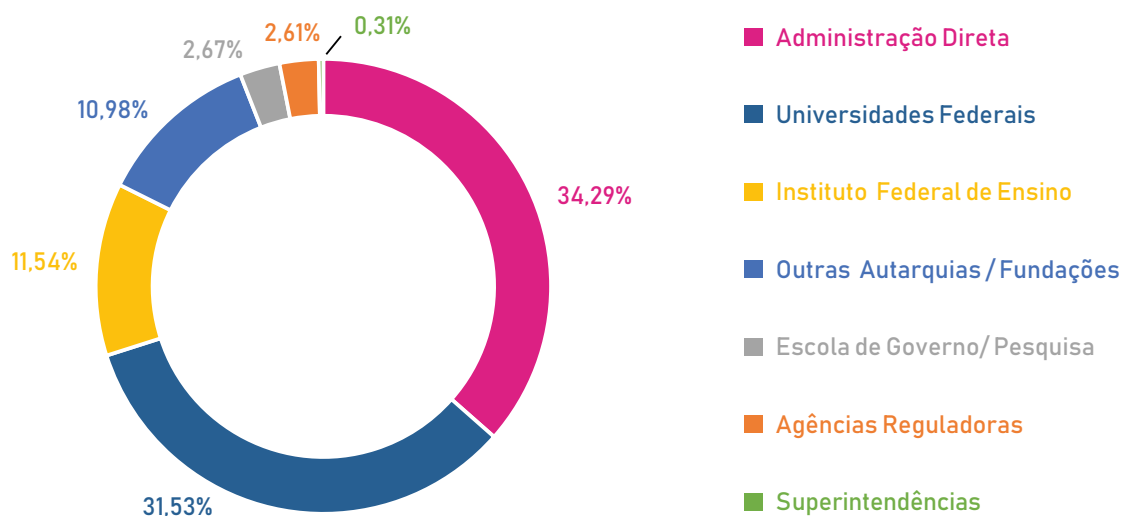




O gráfico abaixo traz a participação de cada grupo sobre o total pago em remunerações para os servidores públicos do executivo federal, para junho de 2018.



Percentual sobre o total da folha por natureza organizacional



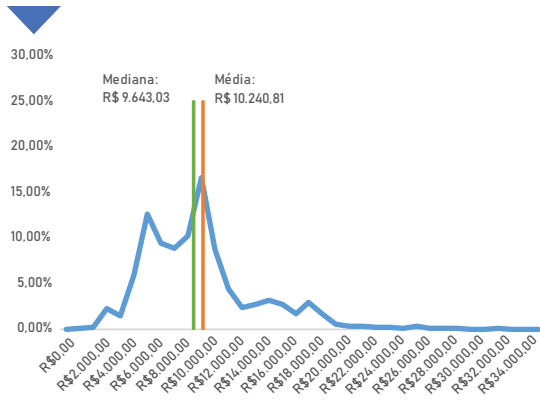
Apesar do valor da remuneração média dos servidores das agências reguladoras ser o mais alto entre todos os grupos, o total dos valores gastos com remunerações representa apenas 2,61% do total pago em remunerações, o segundo menor percentual. Destaca-se que as remunerações dos servidores dos Institutos Federais de Ensino e das Universidades Federais, representam, juntas, 43,07% do total pago com remunerações aos servidores civis do poder executivo federal.

Os gráficos que seguem retratam a frequência por faixa de remuneração segundo a natureza organizacional, para julho de 2018.

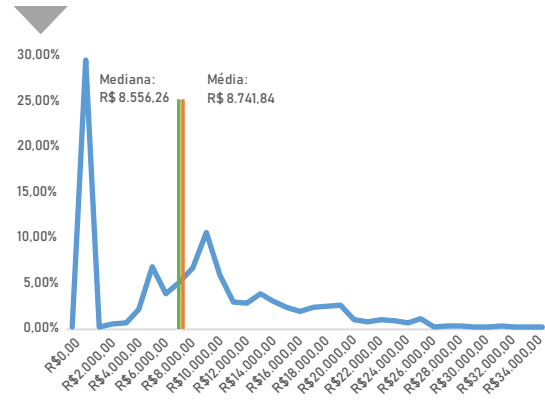
### Frequência por faixa de remuneração segundo a natureza organizacional

! Nas Escolas de Governo/Pesquisa o número de servidores recebendo aproximadamente R\$1.000,00 é alto devido ao número grande de servidores temporários contratados pelo IBGE para realização de pesquisas domiciliares.

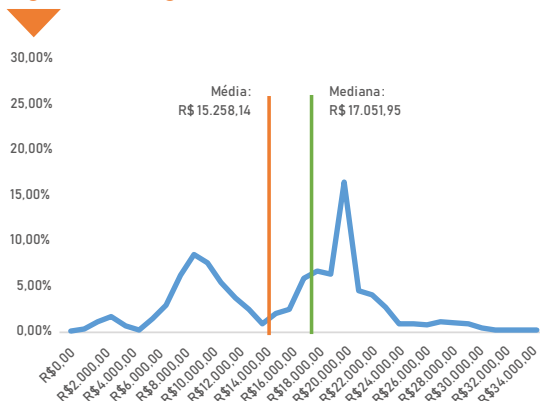
#### Outras Autarquias/Fundações



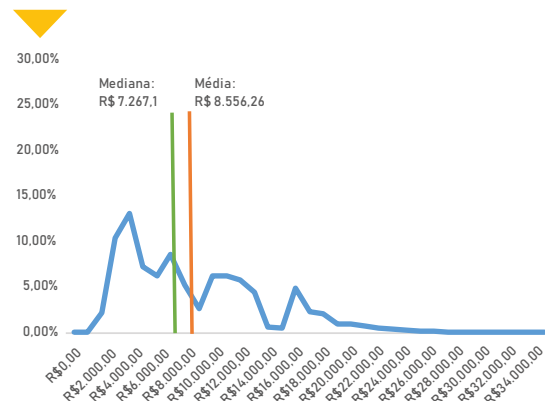
#### Escolas de Governo/Pesquisa



#### Agências Reguladoras

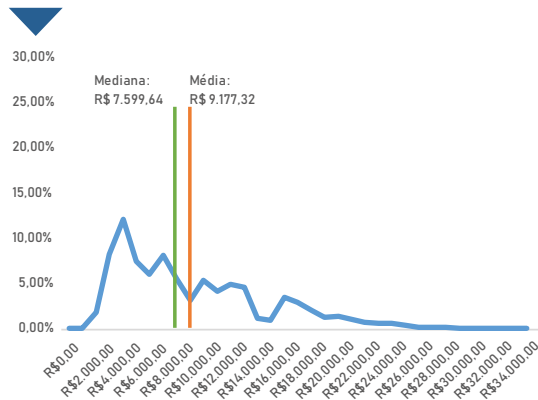


#### Institutos Federais

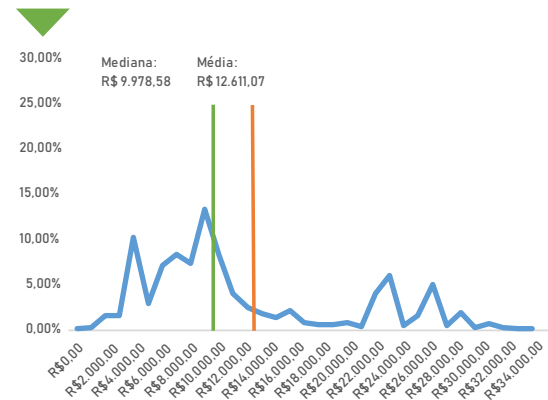




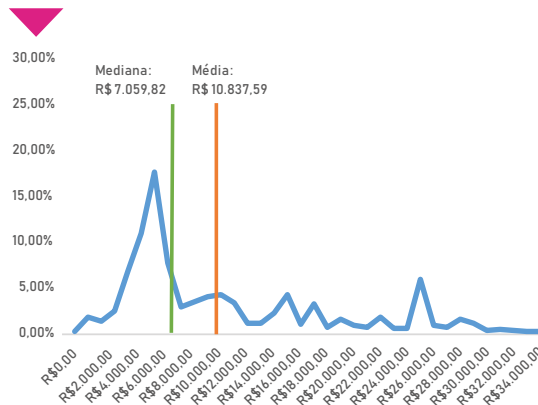
### Universidade Federais



### Superintendências



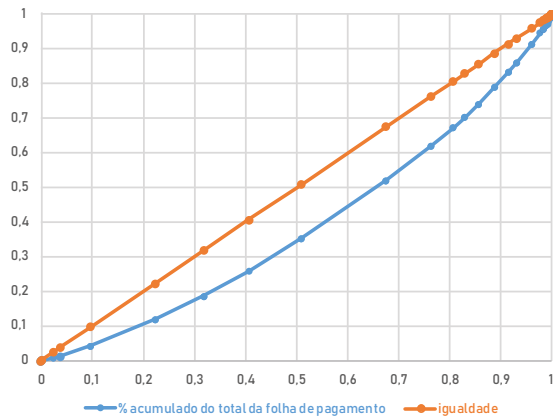
### Administração Direta



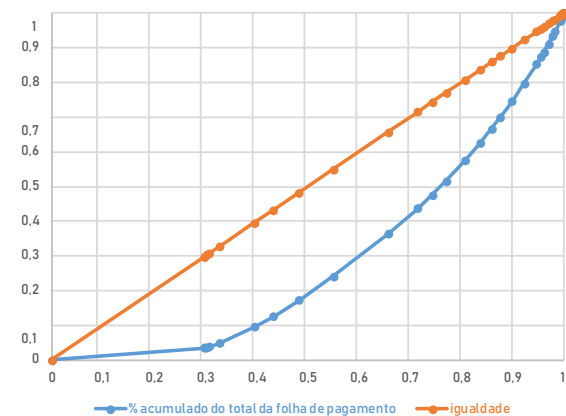
É interessante observar que apenas nas Agências Reguladoras a mediana é maior do que a média, o que indica que dentro do órgão os relatórios na base da distribuição estão muito distantes do centro, em comparação aos valores que estão no topo da distribuição. Assim, 50% dos servidores ganham acima de R\$17.051,95.

Para verificar a desigualdade dentro dos grupos segundo a natureza organizacional é necessário observar a curva de Lorenz e o índice de Gini calculado a partir dela. Os gráficos abaixo trazem essa informação.

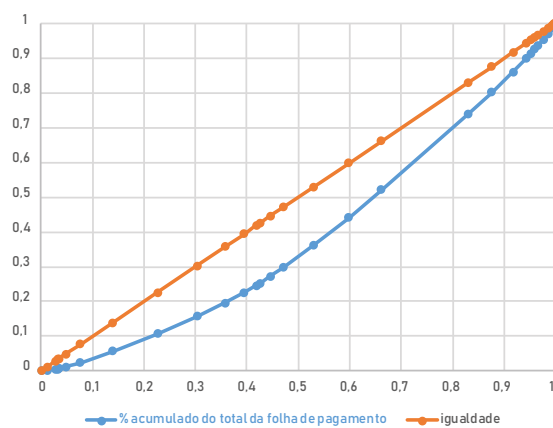
Curva de Lorenz  
Outras Autarquias/Fundações



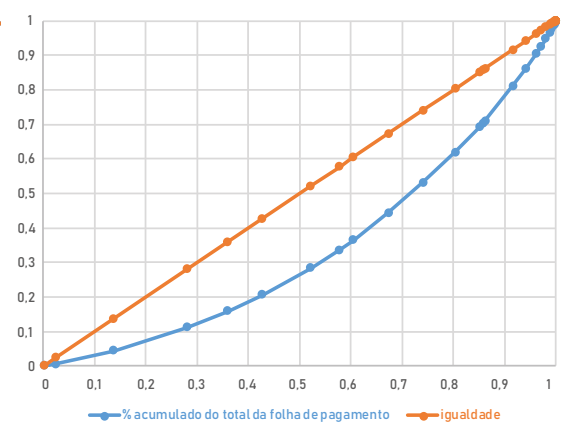
Curva de Lorenz  
Escolas de Governo/Pesquisa



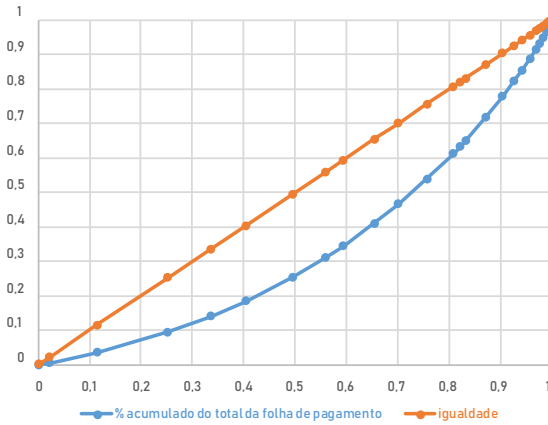
Curva de Lorenz  
Agências Reguladoras



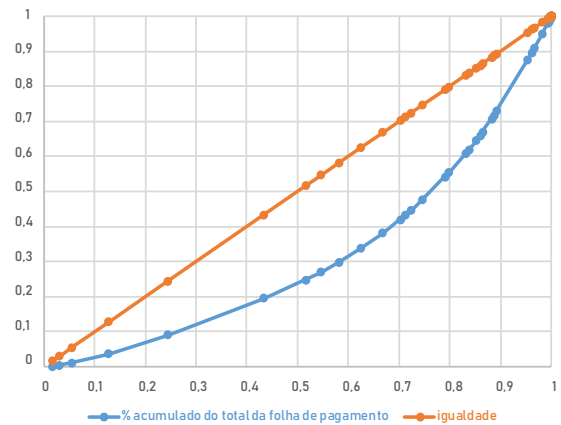
Curva de Lorenz  
Institutos Federais



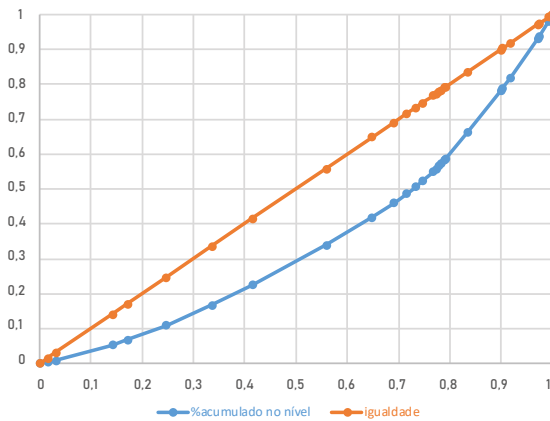
Curva de Lorenz  
Universidades Federais



Curva de Lorenz  
Administração Direta



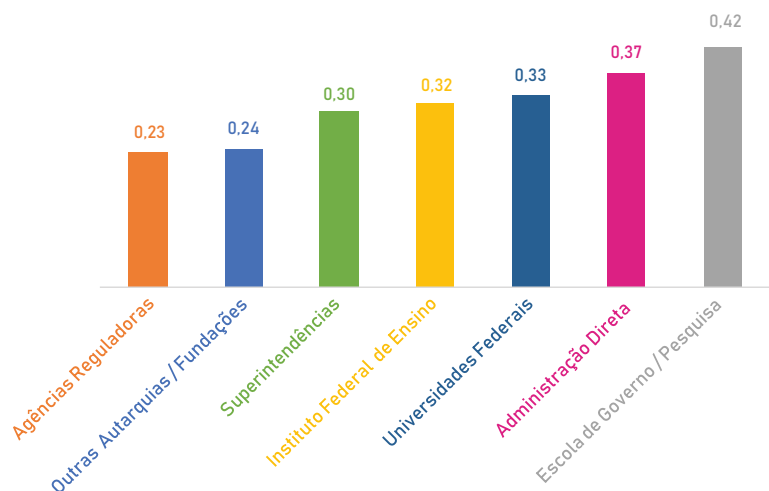
Curva de Lorenz  
Universidades Federais



A curva de Lorenz se comporta da seguinte maneira: quanto mais perto a curva azul da reta laranja, menor a desigualdade. As agências reguladoras são as que possuem a menor desigualdade entre a remuneração de seu servidores, enquanto as escolas de governo/pesquisa são as que possuem maior desigualdade remuneratória.



Índice de Gini por natureza organizacional



O índice de Gini, calculado por meio da curva de Lorenz confirma o exposto pelos gráficos acima.

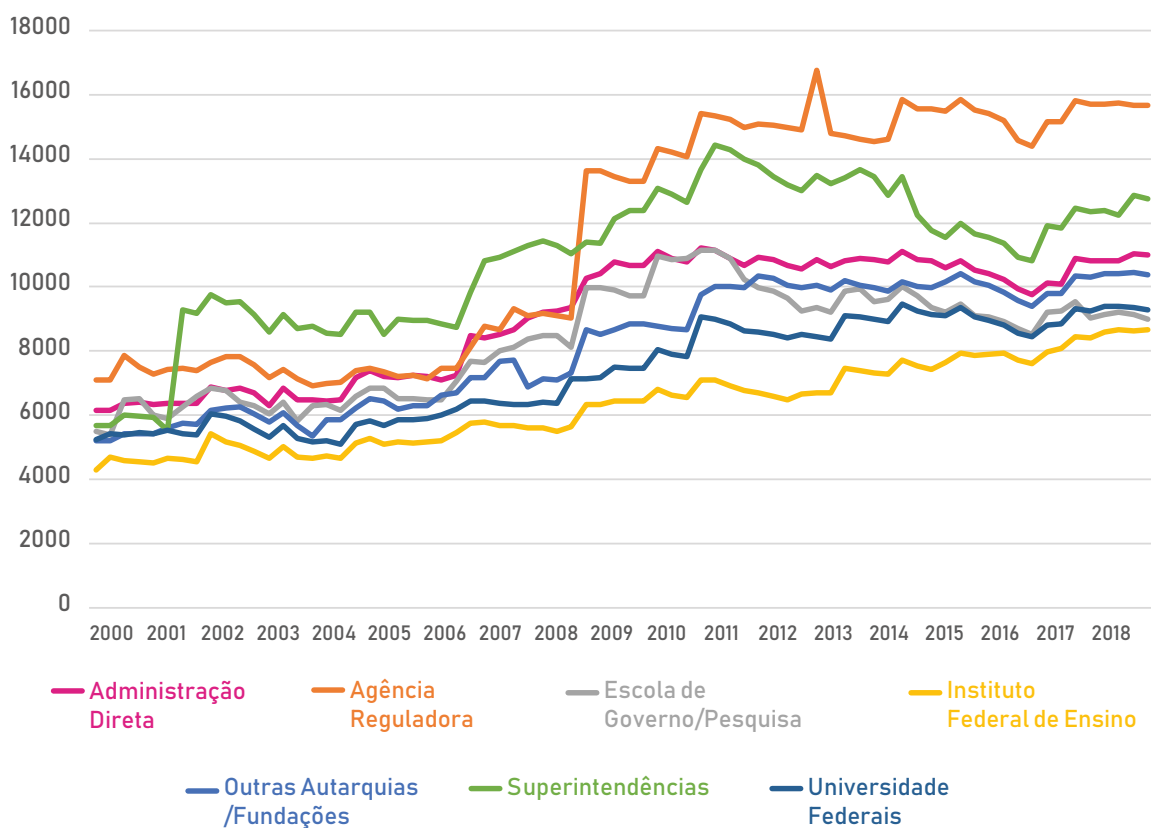


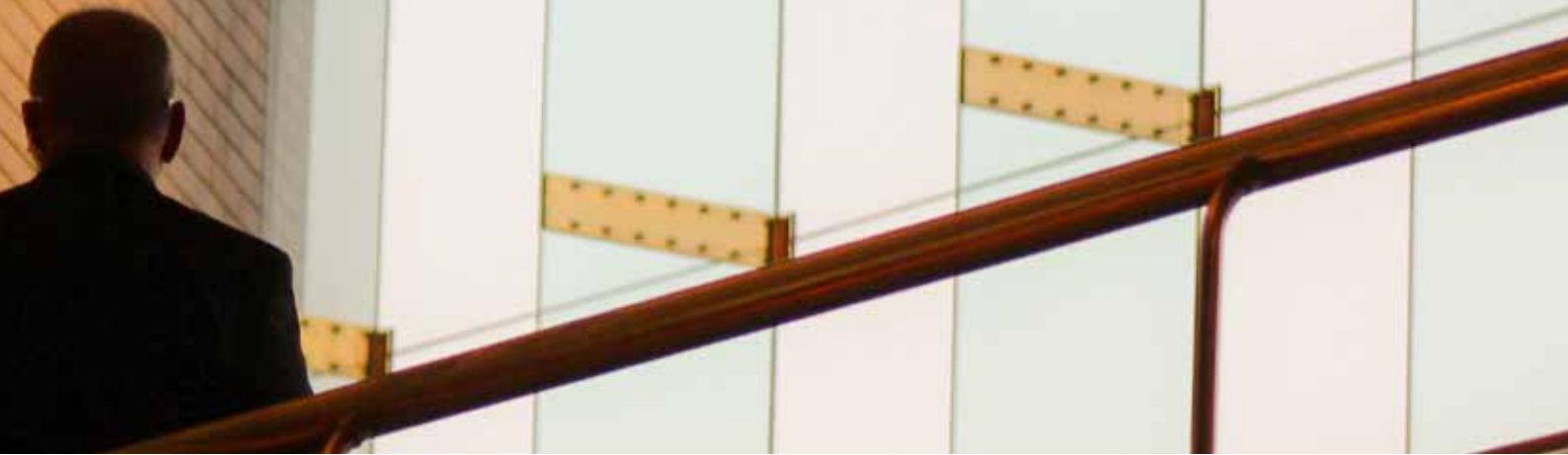


O gráfico a seguir traz a evolução longitudinal da remuneração média dos servidores segundo a natureza organizacional.



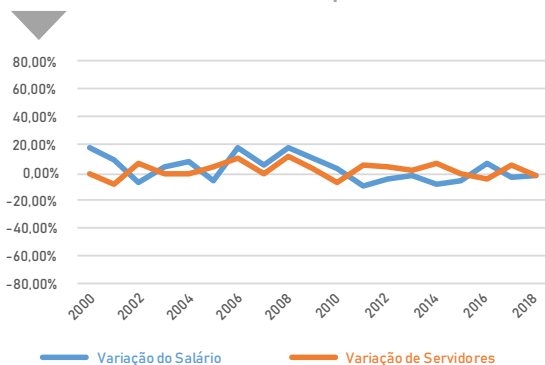
Evolução da remuneração média corrigida pelo IPCA (2000-2018)  
Natureza organizacional (jun./2018)



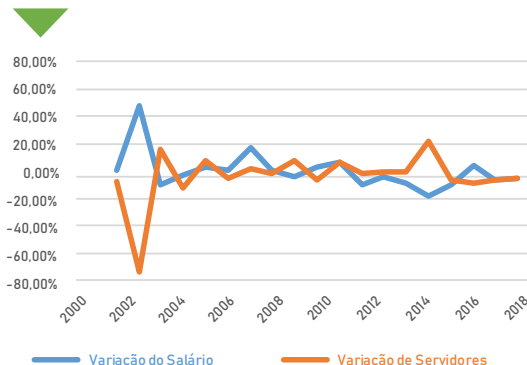


Por se tratar de remuneração média, os valores podem variar tanto para cima quanto para baixo sem significar que tenha havido uma diminuição do valor da remuneração média. Os gráficos apresentados abaixo permite fazer uma interpretação se a variação salarial ocorreu devido a um reajuste salarial ou devido à movimentação de servidores. Os gráficos trazem a variação anual da remuneração média e a variação anual do número de servidores nas organizações.

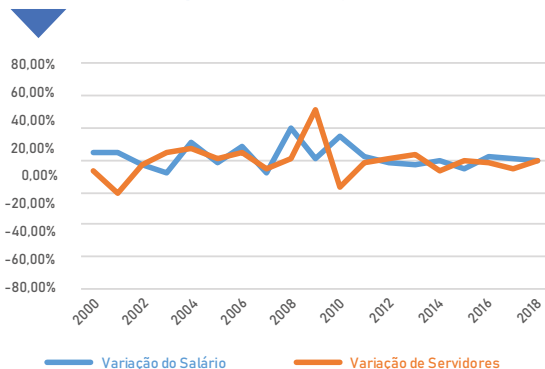
### Escolas de Governo/Pesquisa



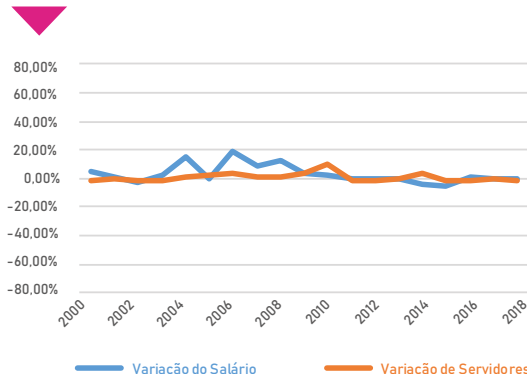
### Superintendências



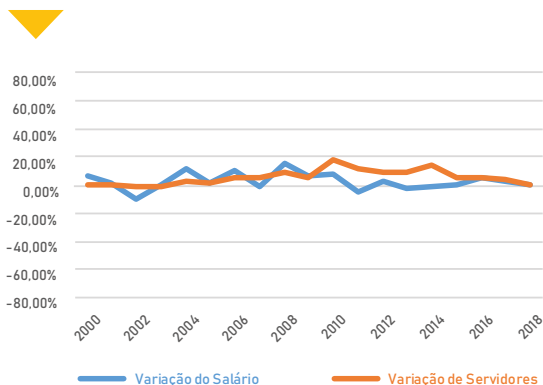
### Outras Autarquias/Fundações



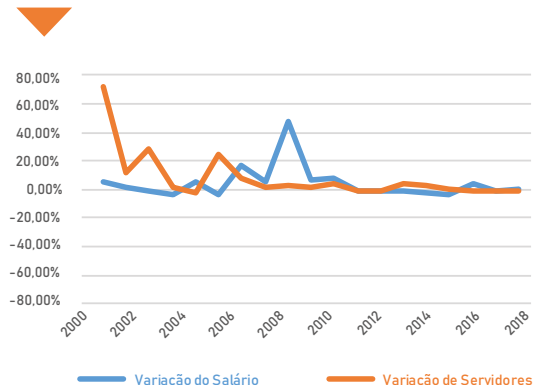
### Administração Direta



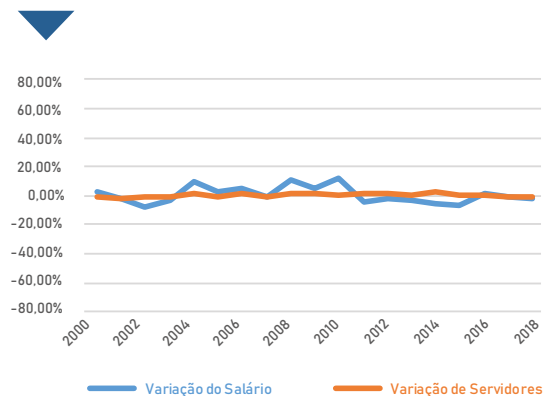
### Institutos Federais



### Agências Reguladoras



### Universidades federais



É possível observar no gráfico específico das superintendências que no ano de 2001 houve um aumento da remuneração média nessas organizações. Contudo, pode-se inferir que essa variação se deu em reação de uma queda brusca no número de servidores em organizações dessa natureza. Provavelmente, houve uma evasão de servidores com remunerações menores, permanecendo os servidores com maior remuneração, puxando a média de remunerações para cima.

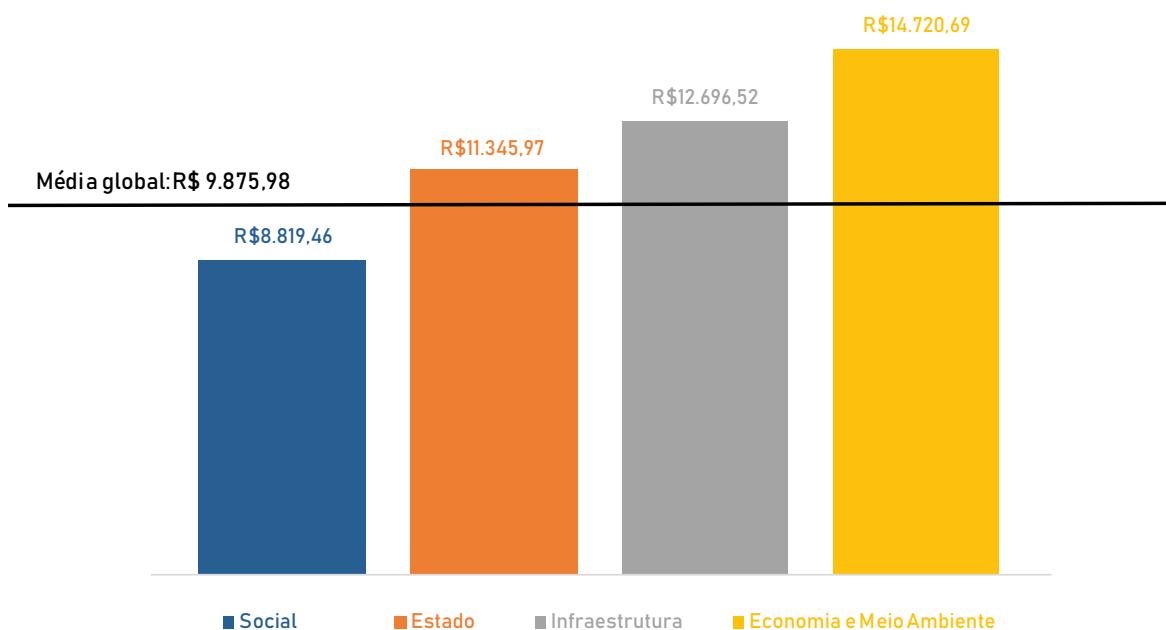
Situação diferente ocorreu no ano de 2008 nas agências reguladoras. Nesse caso o número de servidores não se alterou. Porém houve uma variação de aproximadamente 50% no valor da remuneração média. Nesse caso, pode-se inferir que ocorreu um reajuste nos salários dos servidores que estão alocados em agências reguladoras, além da valorização dessas carreiras.

No caso da administração direta, observa-se que de 2002 até 2009 houve um aumento no valor da remuneração média dos servidores, pois a linha azul permanece sempre acima da linha laranja nesse período, sendo que a linha laranja não apresenta valores negativos. Isto é, não houve uma diminuição no número de servidores que provocaria o aumento da remuneração média.

## Remuneração- Área de Governo

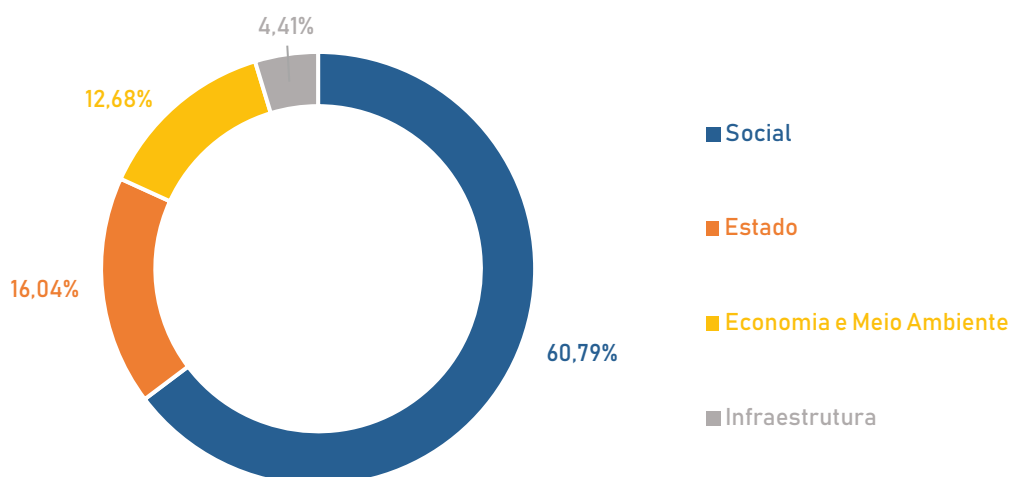
O gráfico abaixo traz o valor da remuneração média dos servidores por área de governo.

Remuneração média por área de governo (jun./2018)



Observa-se que a área de governo onde as remunerações médias são maiores é a área de economia e meio ambiente, sendo que a área social tem a menor média. Contudo, quando observamos o percentual sobre o total pago em remunerações, os servidores da área social são responsáveis por aproximadamente 61% do total e os servidores da área de economia e meio ambiente por aproximadamente 13%.

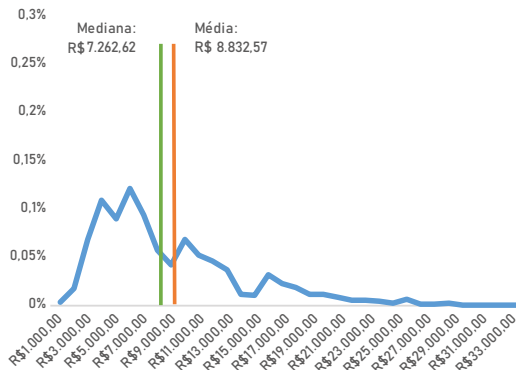
% sobre o total da folha por área de governo



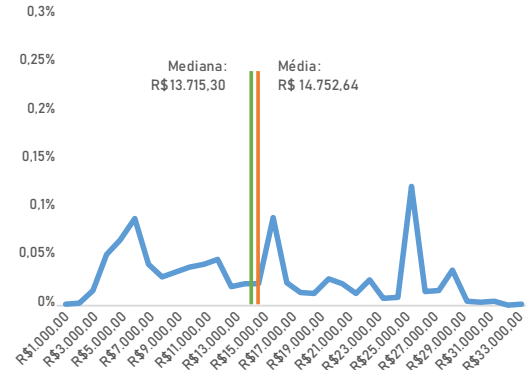
Os gráficos que seguem retratam a frequência por faixa de remuneração segundo a área de governo, para julho de 2018.



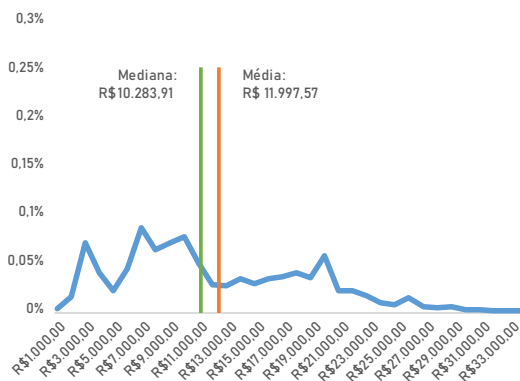
### Social



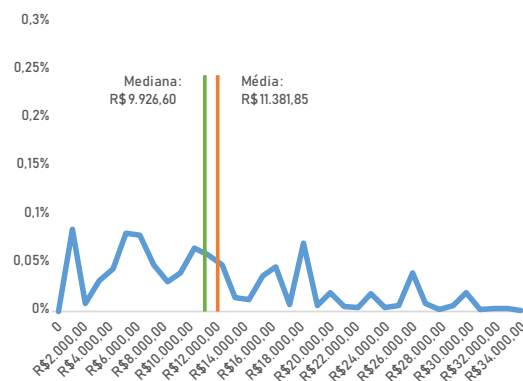
### Economia e Meio Ambiente



### Infraestrutura



### Estado

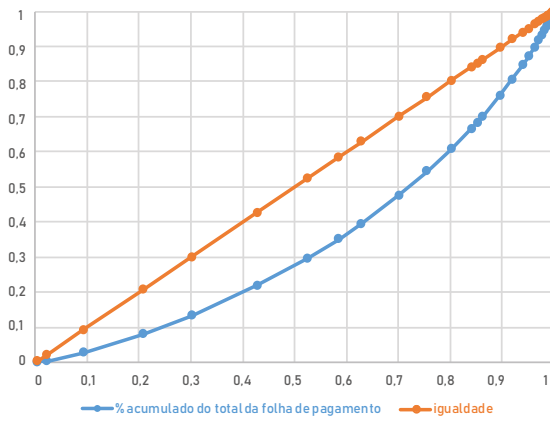


Ao contrário do que foi visto na divisão por natureza organizacional, não há um padrão claro, ou discrepância entre as áreas de governo. A média e a mediana são próximas, mas em todos os casos as medianas são menores do que a média. O que muda são as faixas salariais em que essas medidas orbitam. Na área social em torno de R\$ 8.000,00 e na área de Economia e Meio Ambiente em torno de R\$ 14.000,00.

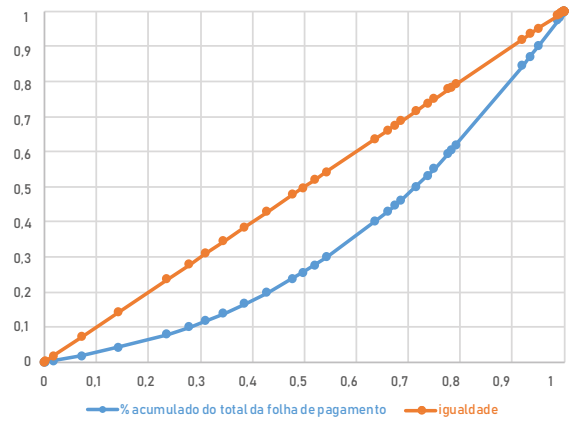
A distribuição onde a mediana é mais próxima da média é na área de Economia e Meio Ambiente, e a mais distante é na área de Infraestrutura. Como visto na sessão anterior, essa diferença entre média e mediana guarda relação com a desigualdade de remunerações. Para ter mais precisão sobre a desigualdade remuneratória, devemos observar a Curva de Lorenz e o índice de Gini.



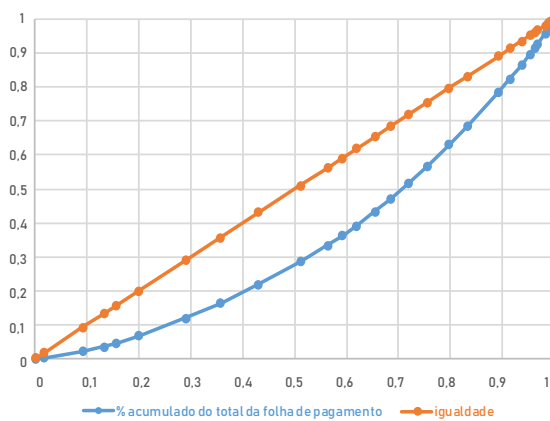
Curva de Lorenz – Social



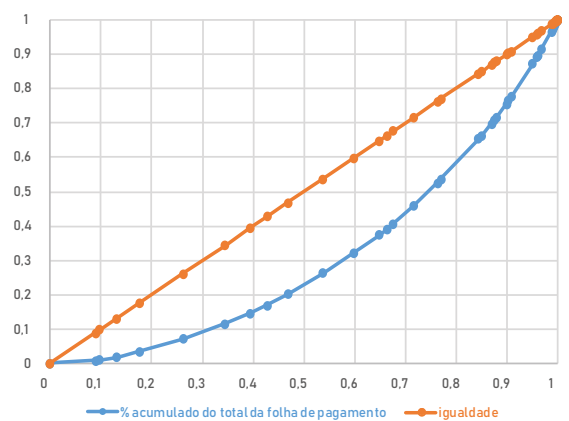
Curva de Lorenz – Economia e Meio Ambiente



Curva de Lorenz – Infraestrutura



Curva de Lorenz – Estado



Observa-se dos gráficos acima que a maior distância entre a linha laranja e a curva azul é na área de Estado e a menor é na área de Infraestrutura.

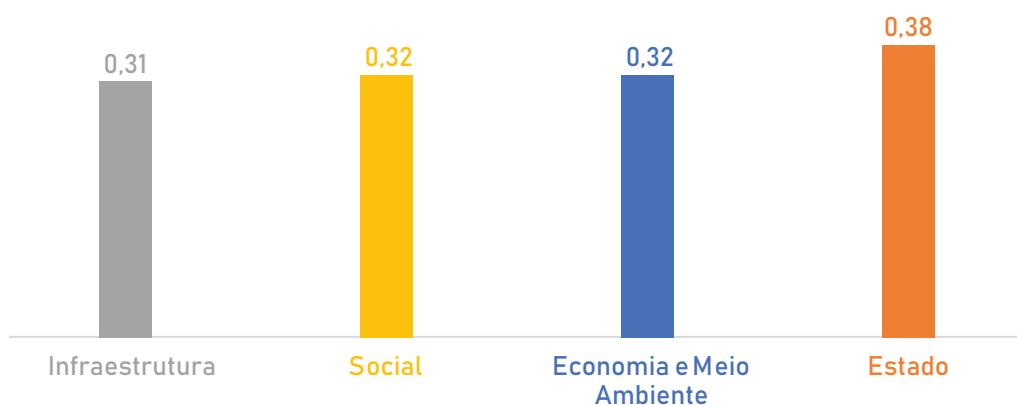




O gráfico abaixo traz o índice de gini para cada uma das áreas.



Índice de Gini por área de governo



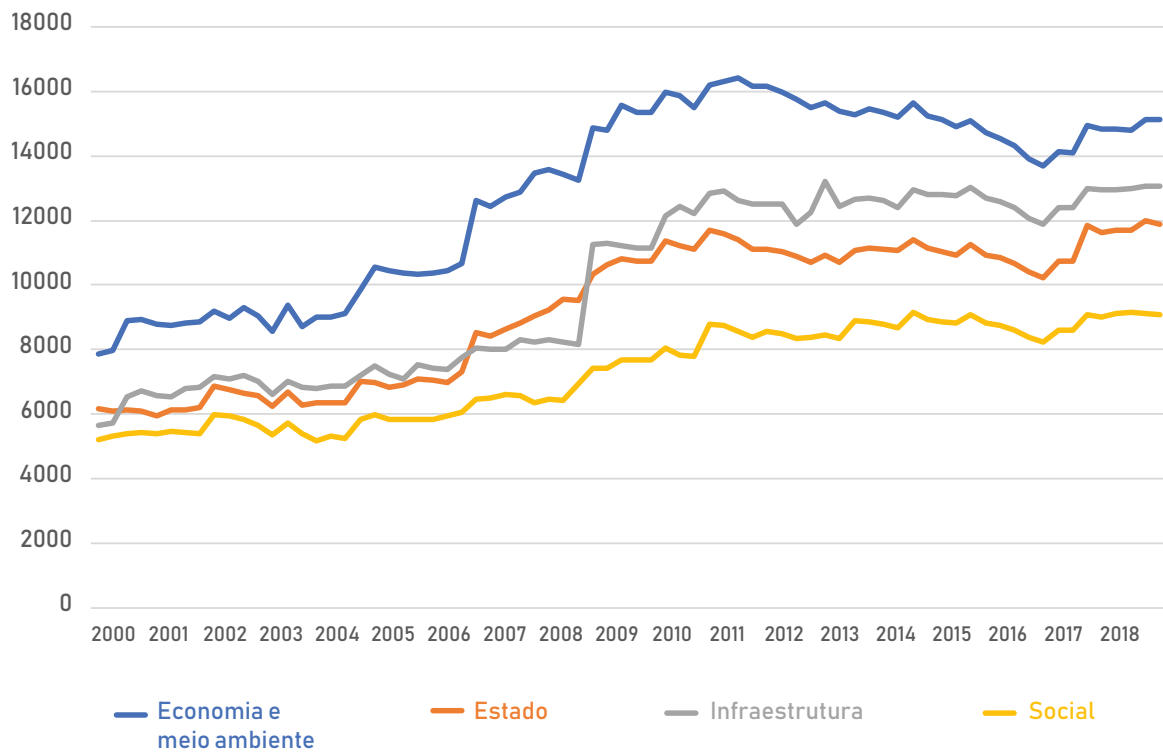
De acordo com as distância da Curva de Lorenz, a área de infraestrutura tem o menor índice de gini e a área de estado o maior.

As medidas de desigualdade não possuem tanta distinção entre os grupos, pois o agrupamento foi feito levando em conta as políticas públicas oferecidas pelos órgãos e não a estrutura organizacional. Isso faz com que os grupos possuam muita heterogeneidade interna e uma homogeneidade externa.

O gráfico que segue traz a evolução durante os anos da remuneração média dos servidores, segundo a área de governo.



Evolução da remuneração média, corrigida pelo IPCA (2000-2018)  
Área de Governo (jun./2018)



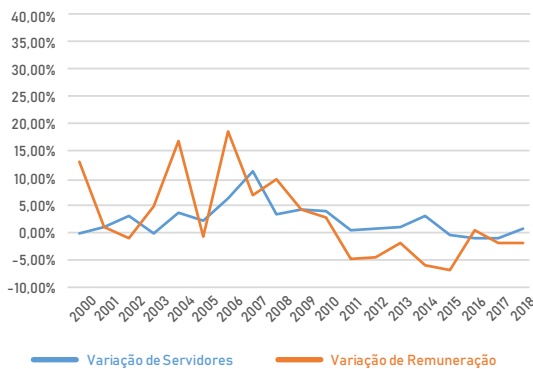
É possível observar que a área de Economia e Meio Ambiente sempre possui as maiores médias de remuneração e que a partir de 2008 a área de Infraestrutura ultrapassou a área de Estado, mantendo-se até 2018 como a segunda maior média de remuneração.



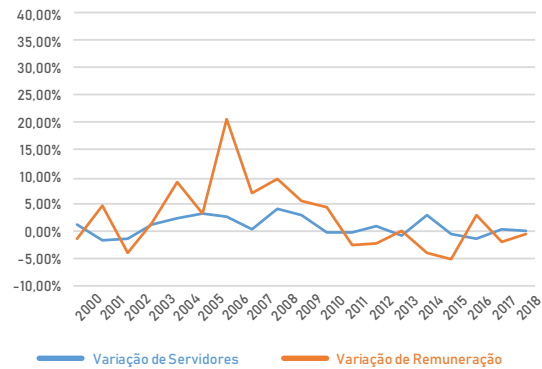
Os gráficos abaixo demonstram que essa valorização da remuneração média na área de infraestrutura não foi devido a uma movimentação de servidores, mas sim em razão de uma valorização da remuneração dos servidores nessa área. A partir do ano de 2010 há uma diminuição da remuneração média dos servidores da área de economia e meio ambiente. Como demonstra o primeiro gráfico abaixo, a variação do número de servidores não se alterou a partir desse ano.



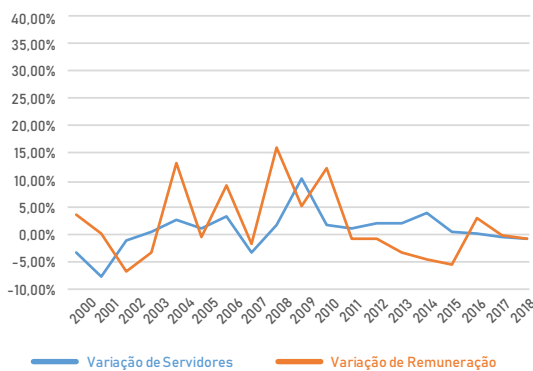
Economia e Meio Ambiente



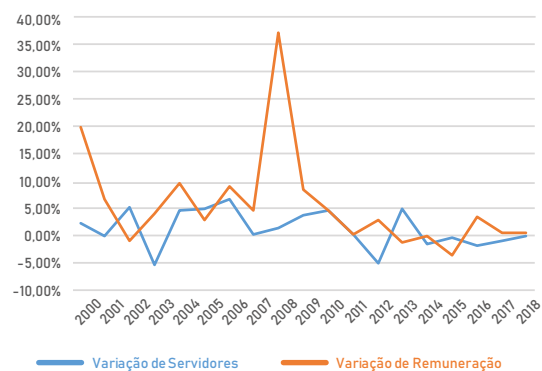
Estado



Social



Infraestrutura



## Funções e Cargos Comissionados

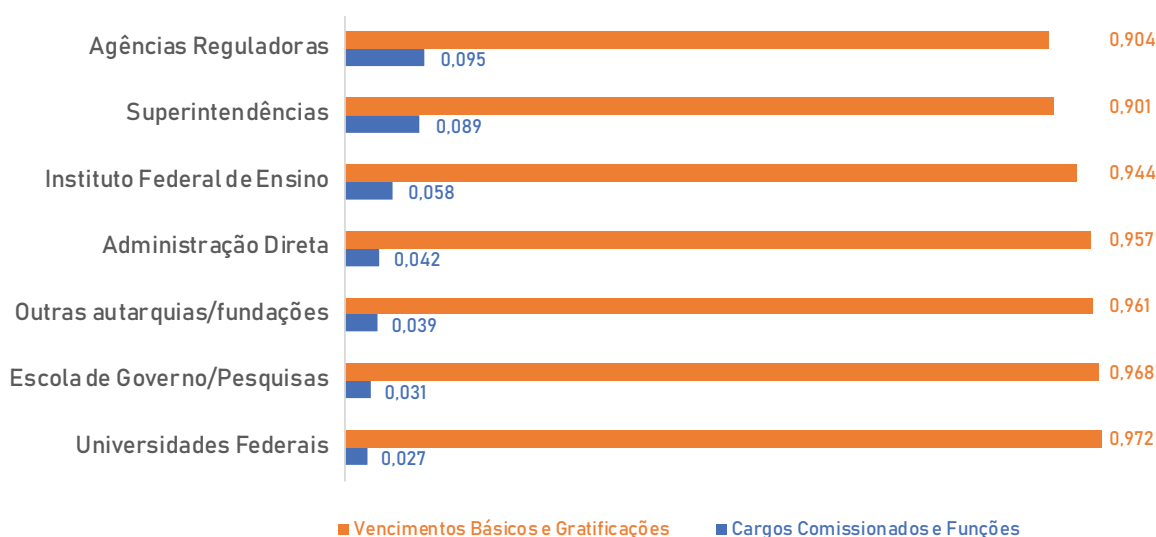
Essa seção faz uma análise das funções e cargos comissionados que existem no executivo federal nas diversas organizações. Por ser uma análise que leva em conta a estrutura organizacional, os dados apresentados nessa seção serão relativos apenas aos agrupamentos por natureza organizacional, para o mês de junho de 2018.

Pretende-se aqui trazer uma análise de cargos e funções do executivo federal para além dos cargos mais conhecidos como

os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). Serão apresentados os cargos e funções de cada grupo organizacional, com o relativo recorte de gênero e raça, além de um detalhamento desses cargos segundo o “Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal”<sup>3</sup>.

Os gráficos abaixo fazem um comparativo entre os diferentes grupos organizacionais e serão detalhados ao longo dessa seção.

Composição do total gasto com remunerações (jun./2018)

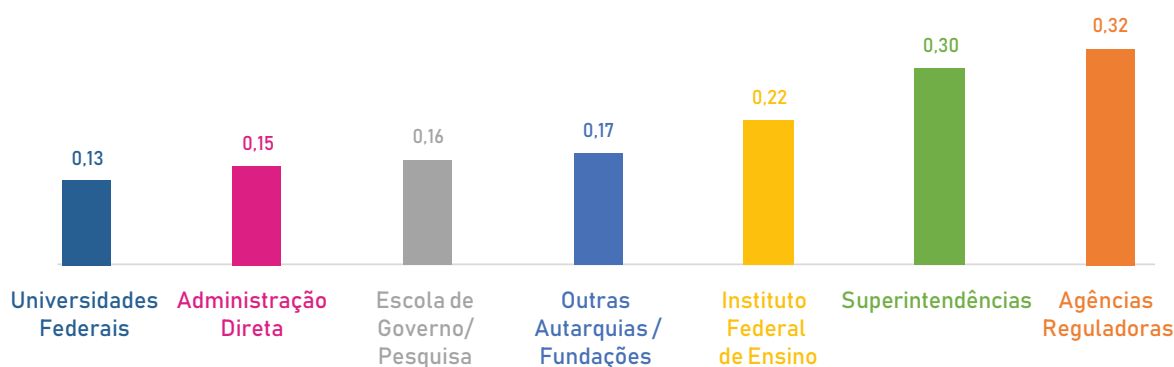


<sup>3</sup>Para acessar o Manual: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/manual-orienta-elaboracao-de-estruturas-organizacionais-do-poder-executivo-federal>



A variável remuneração que consta no SIAPE, refere-se ao vencimento básico acrescido das vantagens de caráter permanentes, tais como gratificação de desempenho, retribuição por titulação, gratificação de qualificação, gratificação de atividade, dentre outras, além dos valores recebidos pela ocupação de cargos comissionados e/ou funções.

### Razão de Cargos Comissionados e Funções



O gráfico acima traz a razão de cargos comissionados e funções, que é a divisão do nº de servidores ocupando cargo ou função pelo nº de servidores sem cargo ou função. O que podemos perceber é que nas Agências Reguladoras possuem uma razão entre cargo e função de 0,33. Assim, a cada 3 servidores 1 está ocupando algum cargo. Já nas Universidades Federais, onde a razão é de 0,13, temos que, a cada 10 servidores, aproximadamente 1 está ocupando algum cargo.

## Agências Reguladoras

Existem 5 cargos em comissão nas Agências Reguladoras brasileiras. São eles: Cargos em Comissão de Assessoria (CA), de Assistência (CAS), de Direção (CCD), além dos Cargos de Comissão Técnicos (CCT) e Cargos de Gerência Executiva (CGE). Os cargos CGE, CA, CAS e CD, são de livre provimento, enquanto o CCT é privativo.

Segundo consta no Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) as remunerações desses cargos por níveis são as seguintes:

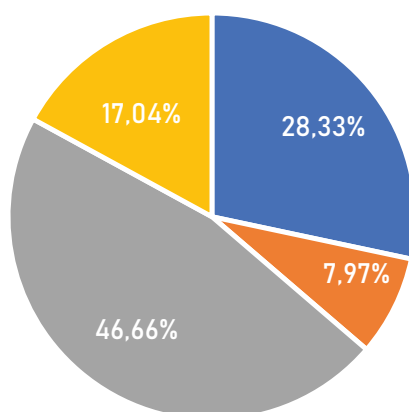
Cargos em Comissão de Direção		Cargos de Comissão Técnica	
I	R\$16.681,48	V	R\$3.171,58
II	R\$15.847,41	IV	R\$2.317,66
		III	R\$1.176,02
		II	R\$1.036,73
		I	R\$917,98
Cargos em Comissão de Assistência		Cargo Comissionado de Gerência Executiva	
I	R\$2.634,85	I	R\$15.013,32
II	R\$2.283,53	II	R\$13.345,18
Cargos em Comissão de Assessoria		III	R\$12.511,10
I	R\$13.345,18	IV	R\$8.340,73
II	R\$12.511,10		
III	R\$3.483,10		

Os recortes que seguem trazem a ocupação desses cargos comissionados por raça e gênero, isso é, será destacada a presença de mulheres brancas/amarelas; mulheres negras/indígenas; homens brancos/amarelos; e homens negros/indígenas nesses cargos. É importante saber, então, a proporção desses grupos no total de servidores de cada agrupamento organizacional, para comparar com a ocupação dos cargos comissionados e funções.

Nas agências reguladoras a composição é a seguinte:



Agências Reguladoras



■ Fem Branco/Amarelo

■ Fem Negro/Indígena

■ Mas Branco/Amarelo

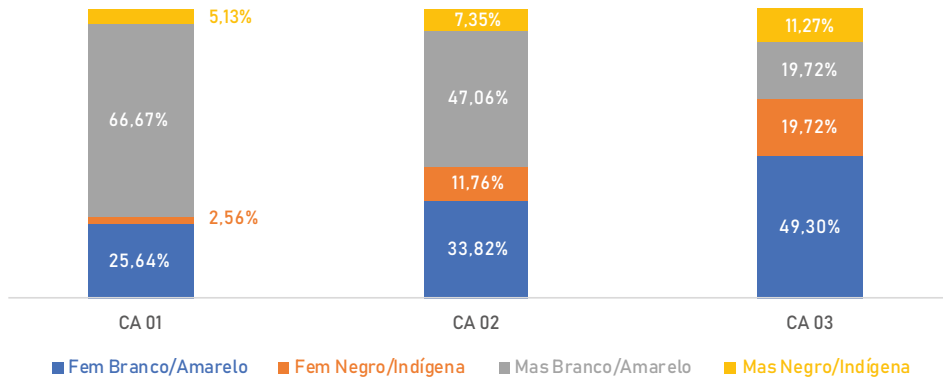
■ Mas Negro/Indígena

Praticamente metade dos servidores das agências reguladoras são homens brancos/amarelos, sendo que apenas 7,97% são mulheres negras/indígenas.

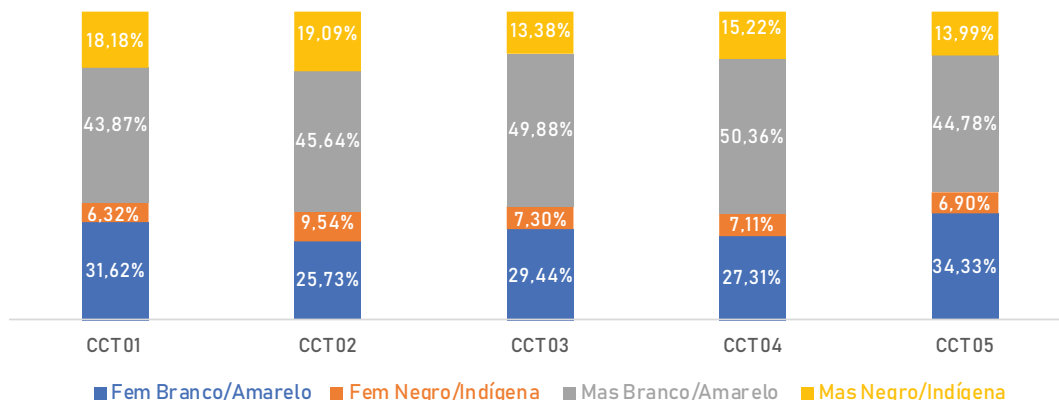


Os gráficos abaixo trazem a participação desses grupos na ocupação dos cargos comissionados.

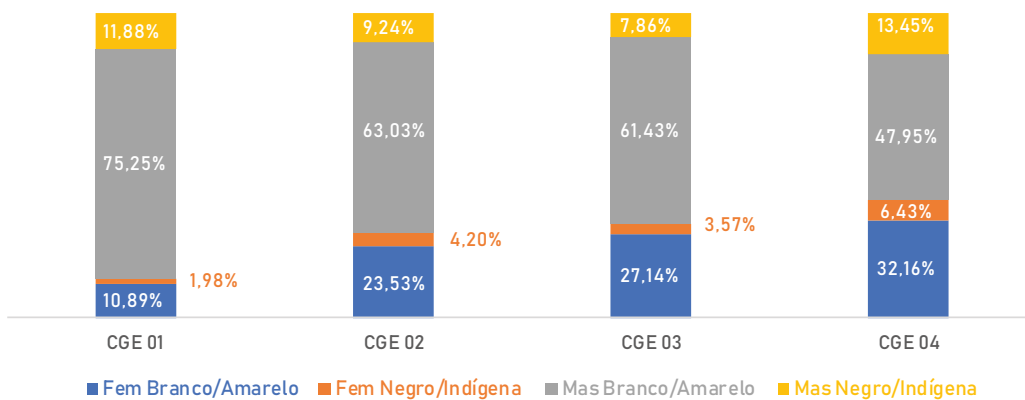
### Cargos em Comissão de Assessoria (CA)



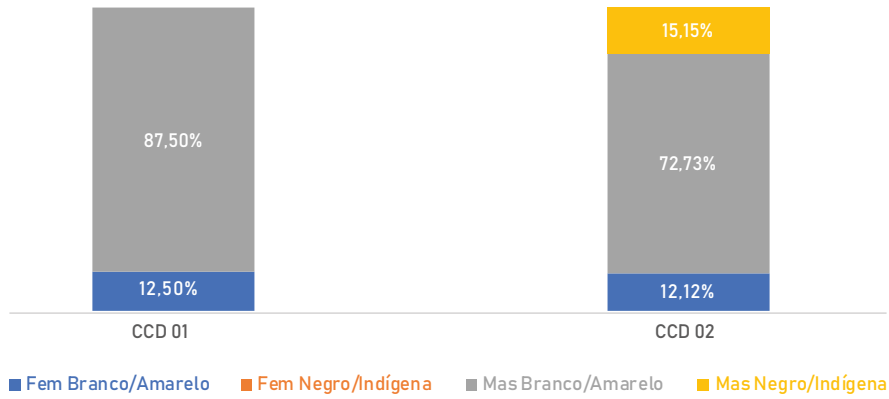
### Cargos de Comissão Técnica (CCT)



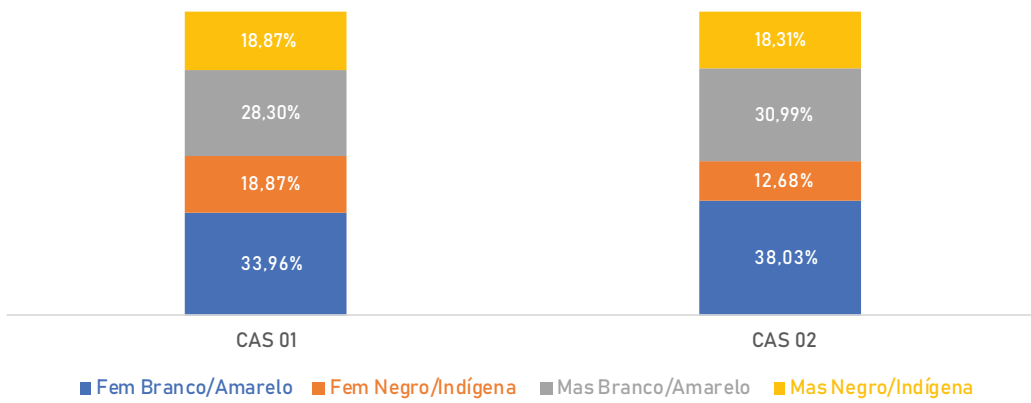
### Cargo Comissionado de Gerência Executiva (CGE)



### Cargos em Comissão de Direção (DC)



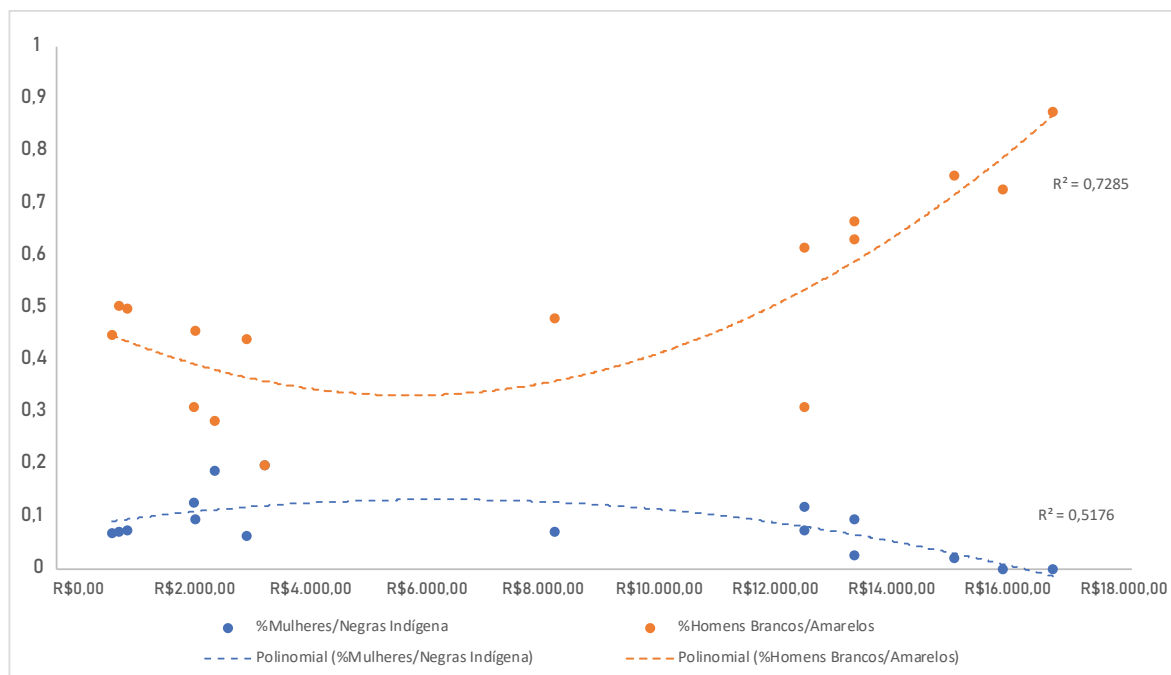
### Cargos em Comissão de Assistência (CAS)





O gráfico abaixo ordenou as funções e cargos comissionados pelos seus valores monetários, tem sido plotado o percentual de mulheres negras/indígenas e o percentual de homens brancos/amarelos por valor pago por ocupação de cargos e funções. Após esse passo foi rodada uma regressão polinomial simples com objetivo de descrever a relação entre raça/gênero explicando a variação do valor pago por cargos e funções.

Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de cargo comissionado – Agências Reguladoras (jul./2018)



O que pode ser observado da regressão é que a tendência é que nos cargos e funções nos quais são pago os maiores valores, temos uma menor presença de mulheres negras/indígenas e uma maior a presença de homens brancos/amarelos.



## Universidades Federais e Institutos Federais (IFES)

As Universidades Federais e os Institutos Federais de Ensino possuem 3 tipos distintos de cargos comissionados e funções. São eles: Cargos Comissionados de Direção (CD); Função Gratificada Específica de Instituição de Ensino (FG); e Função de Coordenação de Curso (FUC/FCC). Tais cargos devem ser ocupados por servidores dessas instituições de ensino e pesquisa, apenas 10% deles podem ser ocupados por servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, segundo a Lei nº 8.168/1991.

Os cargos de direção (CD) são de diretores (eleitos) e pró-reitores (nomeados pelos reitores) e reitores (eleitos). Os cargos FG que são eletivos são chefes de departamento, além da FUC/FCC que são para coordenadores de curso (graduação e pós-graduação).

Os valores pagos pela ocupação de CD, de FG e FCC/FUC estão abaixo:



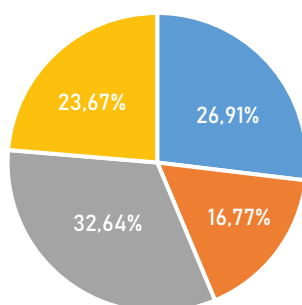
CD	I	R\$ 12.893,89	FG	I	R\$933,50
CD	II	R\$ 10.778,50	FG	II	R\$628,03
CD	III	R\$ 8.461,62	FG	III	R\$509,16
CD	IV	R\$ 6.144,74	FG	IV	R\$259,17
			FG	V	R\$210,29
			FG	VI	R\$154,20
			FG	VII	R\$98,34
			FG	VIII	R\$72,74
FUC	I	R\$ 940,84	FG	IX	R\$59,02



A composição dos servidores das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Ensino por raça e gênero é a que segue:

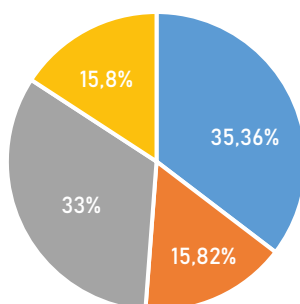


### Institutos Federais



■ Fem Branco/Amarelo                      ■ Fem Negro/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo                    ■ Mas Negro/Indígena

### Universidade Federais



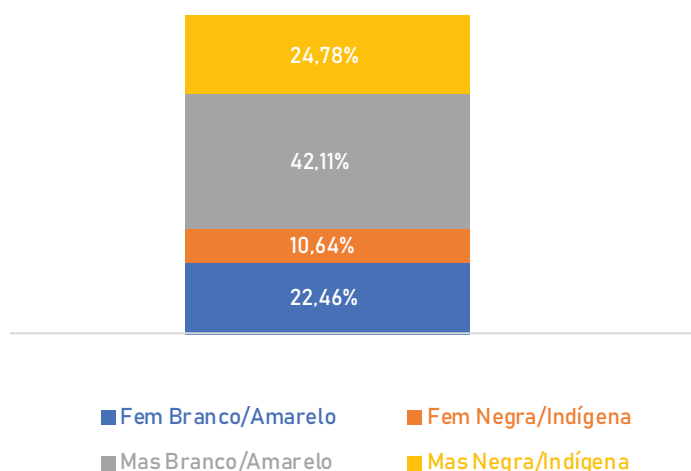
■ Fem Branco/Amarelo                      ■ Fem Negro/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo                    ■ Mas Negro/Indígena

É possível observar que há uma maior presença de mulheres nas Universidades Federais (51,19%) e nos Institutos Federais de Ensino (43,68%), do que nas Agências Reguladoras (36,3%). Entre todos os agrupamentos, os Institutos Federais são os que possuem maior proporção de mulheres negras (16,77%).

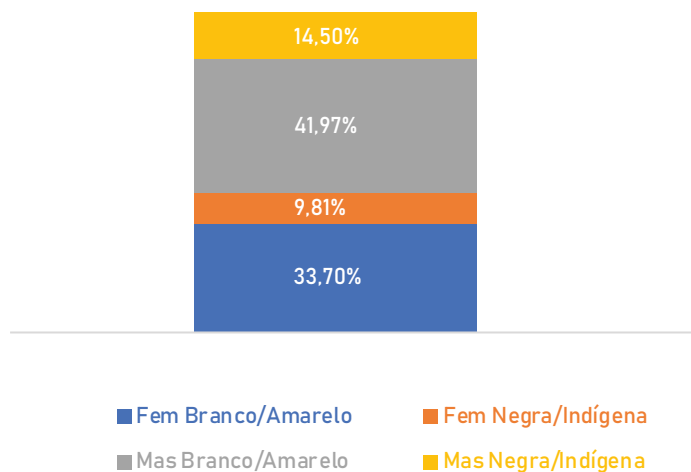
A ocupação dos cargos por raça e gênero são mostradas nos gráficos abaixo:



### Função de Coordenação de Curso (FUC/FCC) – Institutos Federais



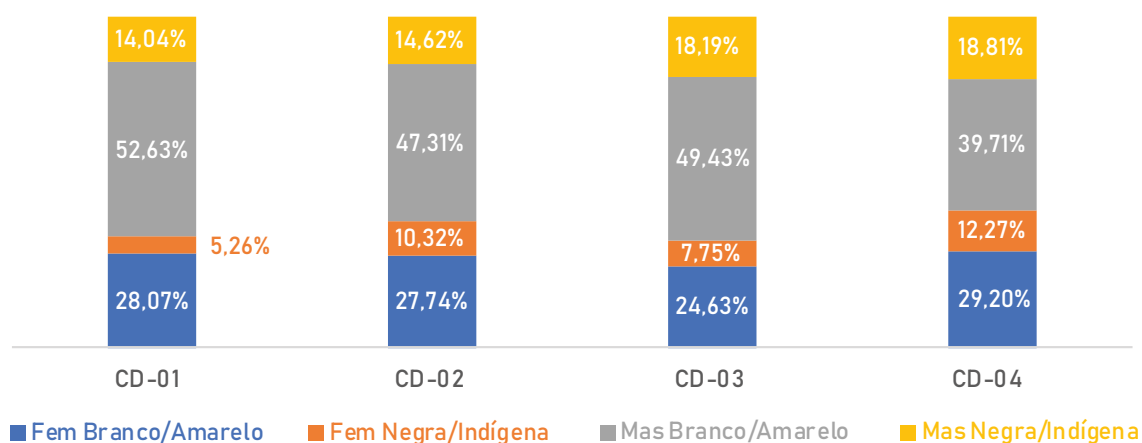
### Função de Coordenação de Curso (FUC) – Universidades Federais



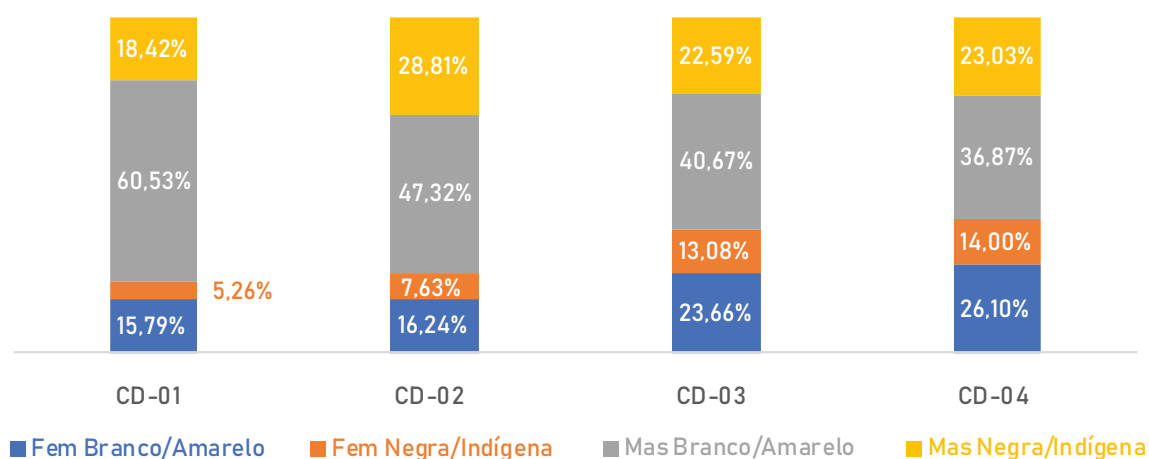
As funções de coordenação de curso (FUC/FCC) são majoritariamente ocupadas por homens (66,9% - Institutos Federais; 56,47% - Universidades Federais), sendo que as mulheres negras são o grupo minoritário na ocupação desses cargos.

Nos cargos comissionados de direção (CD) a tendência observada anteriormente se mantém, sendo que a disparidade de gênero e raça nos Institutos Federais permanece maior do que nas Universidades Federais.

### Cargo Comissionado de Direção (CD) – Universidades Federais

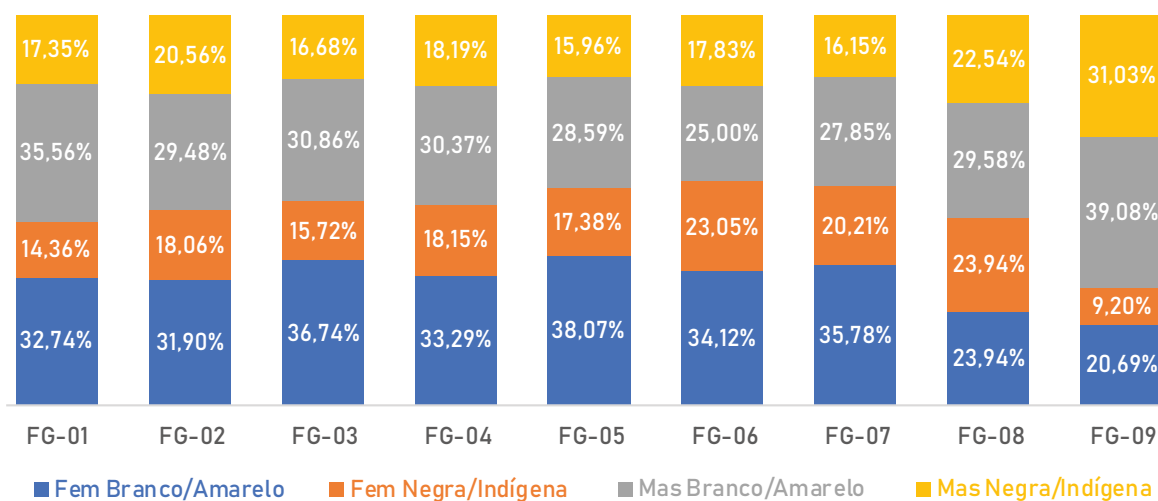


### Cargo Comissionado de Direção (CD) – Institutos Federais



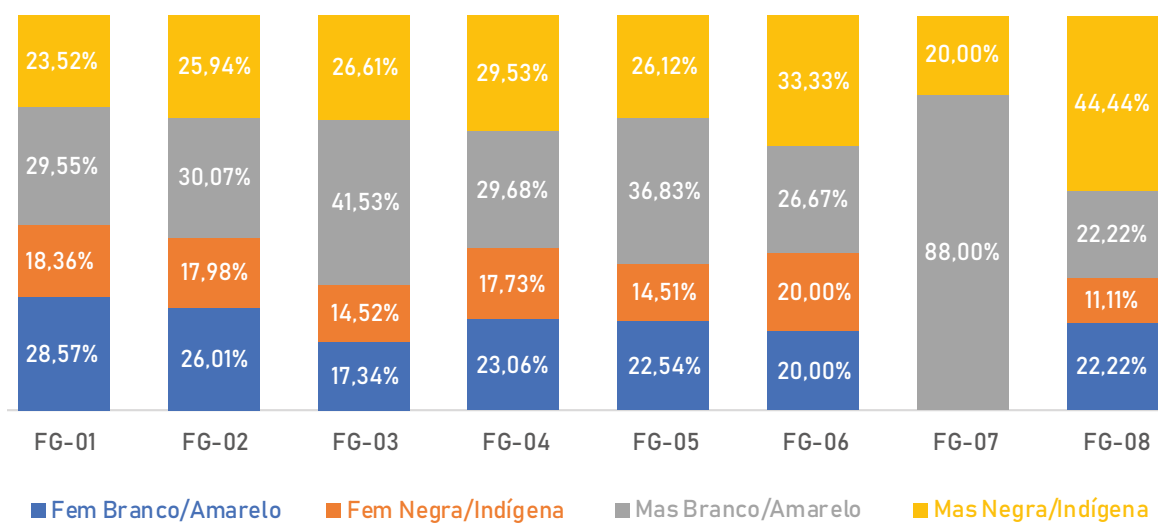


### Função Gratificada Específica de Instituição de ensino (FG) – Universidade Federais



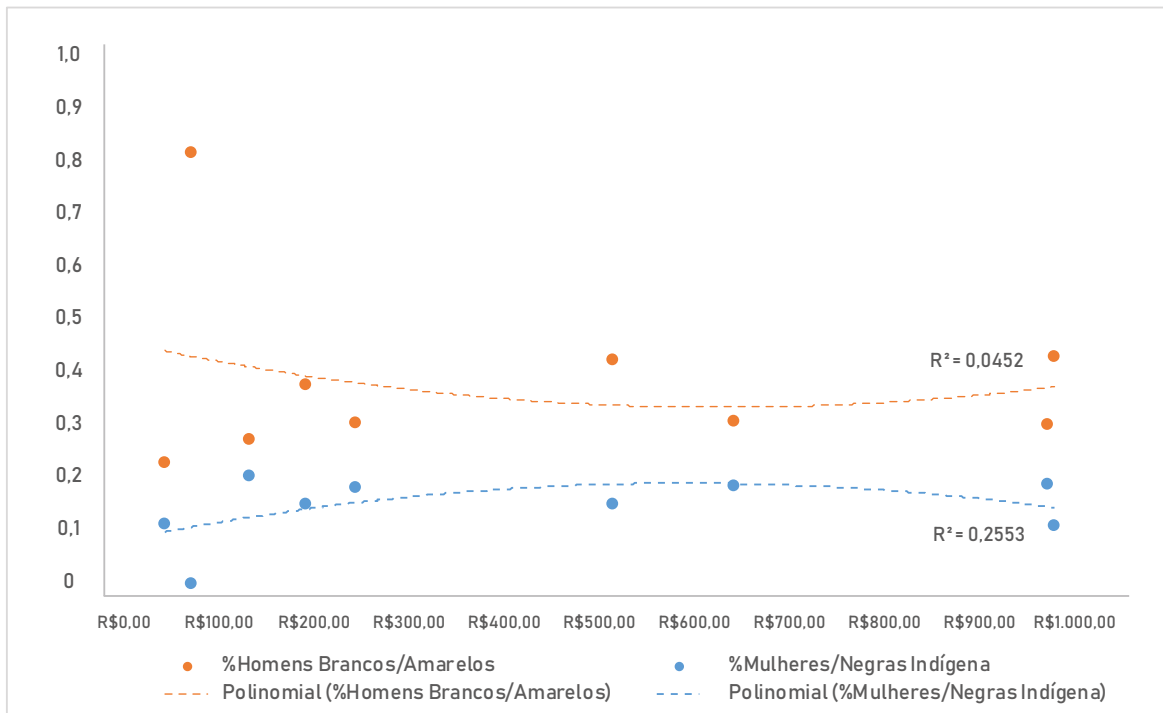
Os padrões se repetem nas funções gratificadas específicas de instituições de ensino (FG), porém com uma disparidade menor entre gênero e raça.

### Função Gratificada Específica de Instituição de ensino (FG) – Institutos Federais



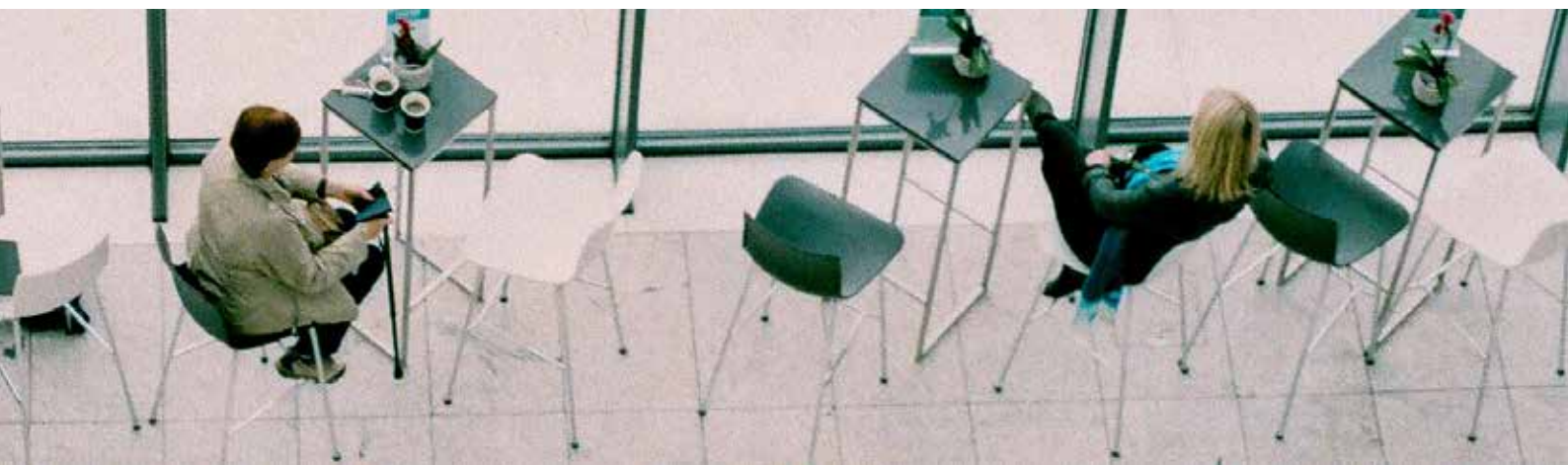
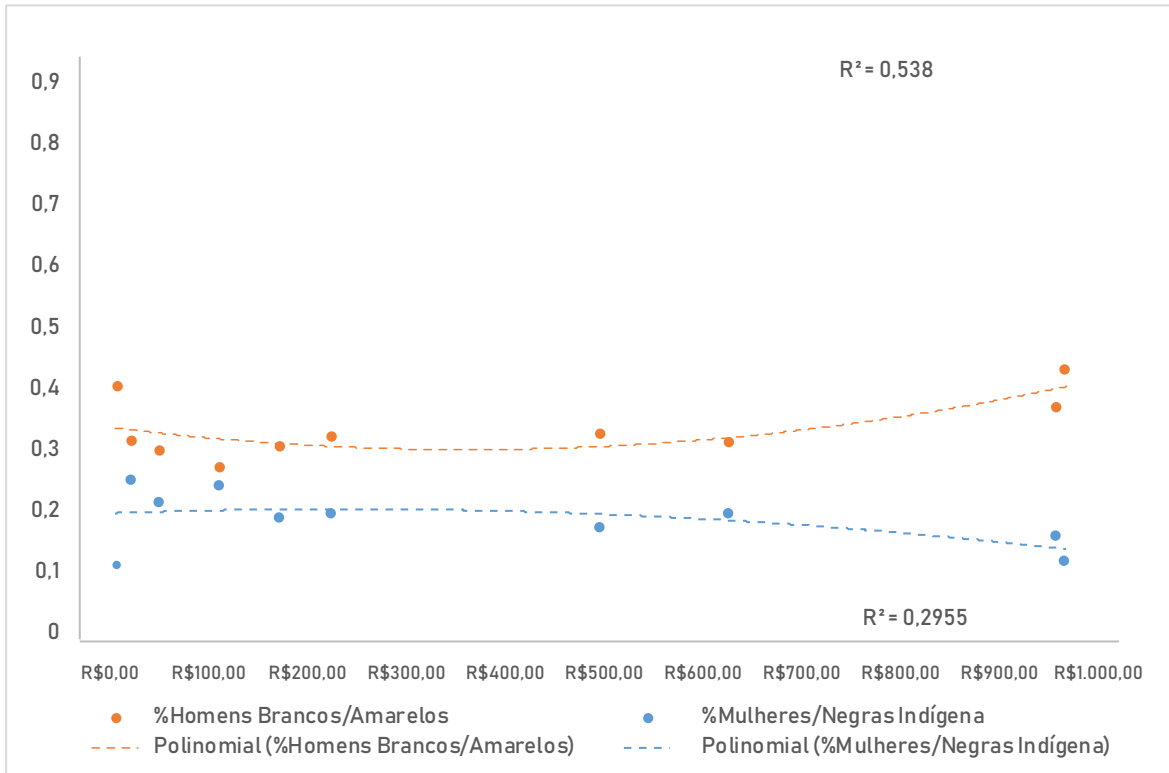
As regressões abaixo confirmam a tendência isolada de cada uma das funções e cargos por níveis: quanto maior a remuneração paga ao ocupante do cargo/função maior a presença de homens brancos e menor a presença de mulheres negras. Sendo que nos cargos de direção a disparidade é mais acentuada do que nas funções gratificadas e também mais acentuada nos Institutos Federais do que nas Universidades Federais.

Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de funções gratificadas - IFES (jun./2018)



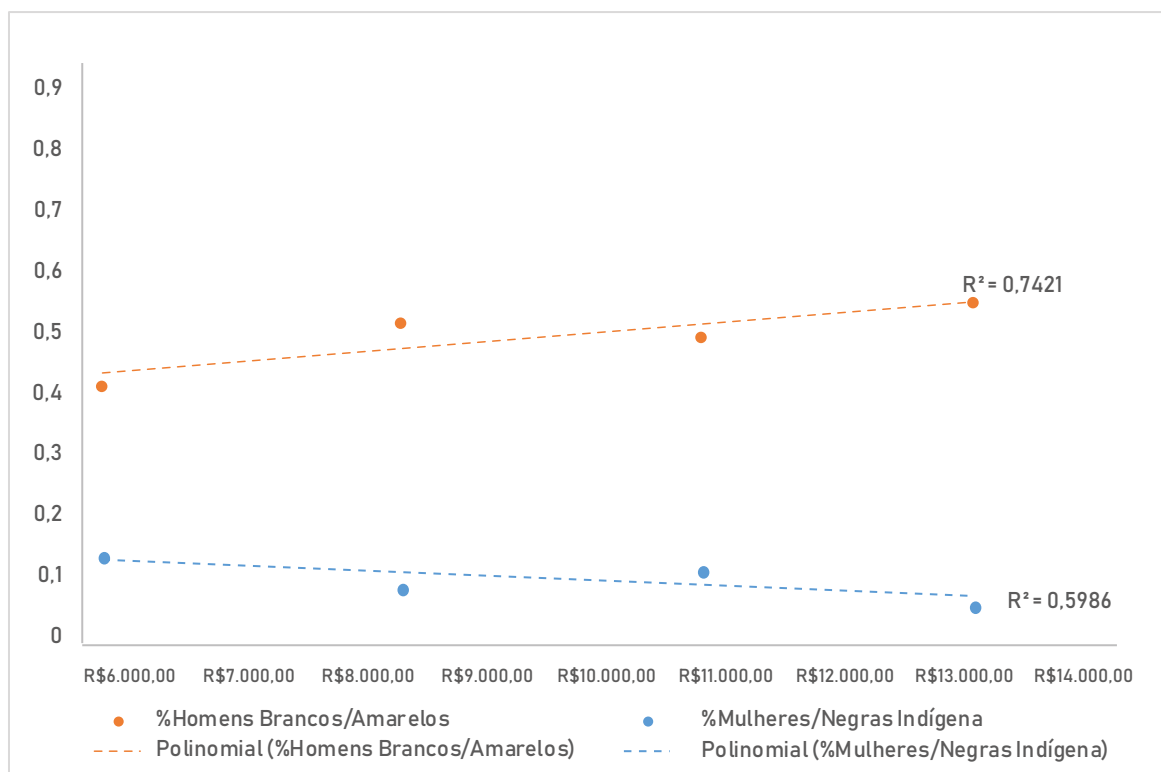


Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de funções gratificadas - Universidades federais (jun./2018)



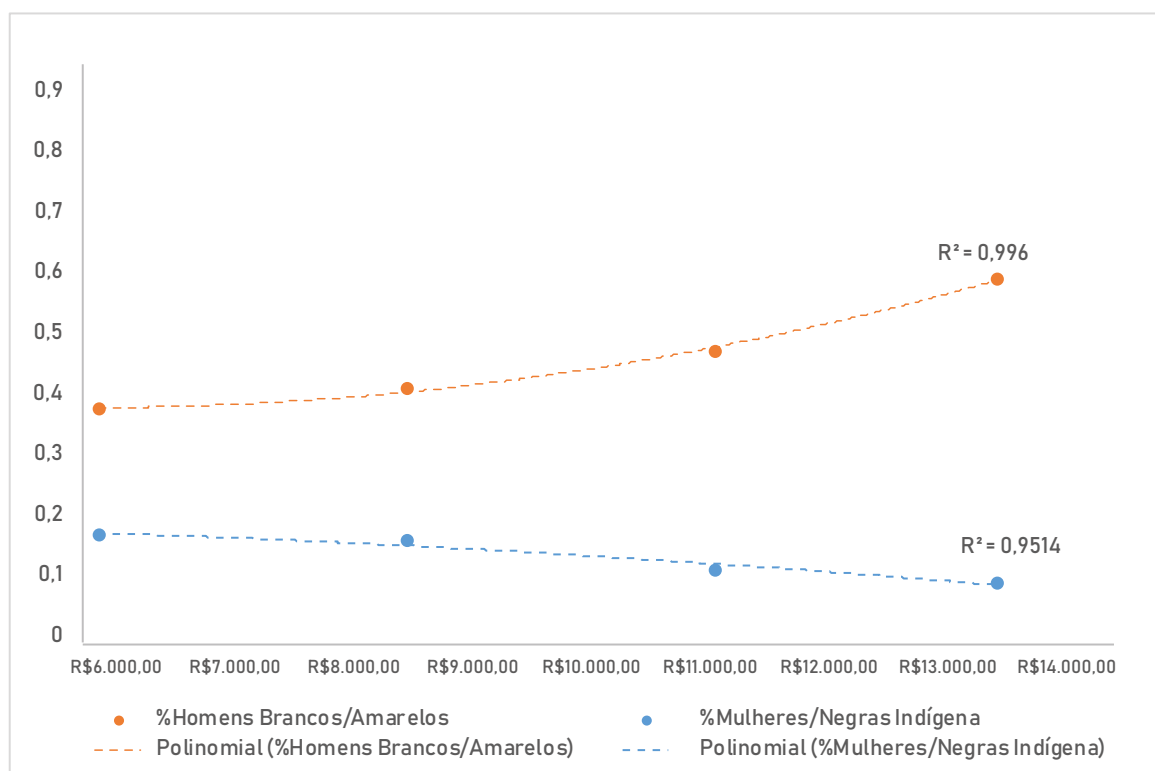


Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de cargos comissionados - Universidades federais (jun./2018)





Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de cargos de direção (CD) - IFES (jun./2018)



## Os demais agrupamentos

As Escolas de Governo/Pesquisa, as Superintendências, a Administração Direta e o agrupamento Outras Autarquias/Fundações, possuem estrutura de cargos comissionados e funções similares. Isso é, não há nenhum tipo de cargo comissionado ou função que seja específico de cada um desses agrupamentos, a não ser os cargos de Natureza Especial (NES) que estão presentes apenas na Administração Direta e em Outras Autarquias/Fundações.

Os principais cargos comissionados e funções que estão presentes nesses agrupamentos são: Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS); Cargo Comissionado de Natureza Especial (NES); Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE); Função Gratificada (FGR); Função Comissionada Técnica (FCT).

Os cargos comissionados de natureza especial (NES) respondem ao nível mais alto de autoridade pública na estrutura hierárquica dos órgãos, estando abaixo somente dos Ministros de Estado, e são detentores de autoridade política. Possuem o provimento regido pelo critério de confiança.

Os cargos de DAS se desdobram em seis níveis hierárquicos, em função do grau de autoridade pública atribuída ao seu ocupante e tem provimento regidos pelo critério de confiança. Segundo o Decreto nº 5.497/2005, modificado pelo Decreto nº 9.021/2017, 50% da ocupação total dos DAS níveis 1,2,3 e 4 deve ser feita por servidores públicos efetivos, e 60% no caso dos DAS níveis 5 e 6. As FCPE para todos efeitos legais e regulamentares equiparam-se ao Grupo-DAS. Porém só podem ser ocupadas por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e se desdobram em 4 níveis hierárquicos. Abaixo a tabela de remuneração.

DAS	1	R\$2.585,13	NES		R\$16.581,49
DAS	2	R\$3.292,58			
DAS	3	R\$5.440,72	FPE	1	R\$1.551,09
DAS	4	R\$9.926,60	FPE	2	R\$1.975,54
DAS	5	R\$13.036,74	FPE	3	R\$3.264,44
DAS	6	R\$16.215,22	FPE	4	R\$5.955,97

As funções gratificadas (FGR) correspondem a funções de chefia ou assistência intermediária exercidas exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, desdobradas em três níveis hierárquicos que representam os níveis mais elementares de autoridade pública. Abaixo a tabela de remuneração.

FGR	1	R\$514,40
FGR	2	R\$395,73
FGR	3	R\$304,38



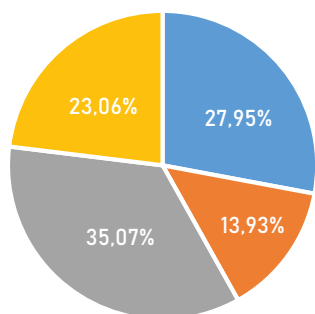
As funções comissionadas técnicas (FCT) são funções de assessoramento, vinculadas ao exercício de atividades essencialmente técnicas por postos de trabalhos, das diversas unidades administrativas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e são remuneradas de acordo com o nível de complexidade e de responsabilidade das atividades exercidas<sup>1</sup>. Abaixo a tabela de remuneração.

FCT	1	R\$6.674,92
FCT	2	R\$5.598,50
FCT	3	R\$4.695,66
FCT	4	R\$3.938,43
FCT	5	R\$3.303,29
FCT	6	R\$2.770,62
FCT	7	R\$2.323,80
FCT	8	R\$1.949,06
FCT	9	R\$1.634,74
FCT	10	R\$1.371,11
FCT	11	R\$1.149,99
FCT	12	R\$964,56
FCT	13	R\$809,01
FCT	14	R\$678,54
FCT	15	R\$569,13

<sup>1</sup>As informações sobre os cargos comissionados e funções gratificadas foram retiradas do “Manual das Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal”, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

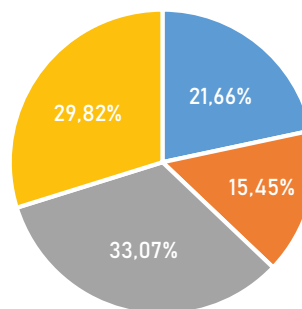
A composição do quadro de servidores por gênero e raça nos agrupamentos organizacionais está representada nos gráficos abaixo:

Escola de Governo/Pesquisa



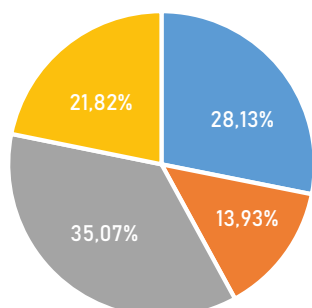
■ Fem Branco/Amarelo ■ Fem Negra/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo ■ Mas Negro/Indígena

Superintendências



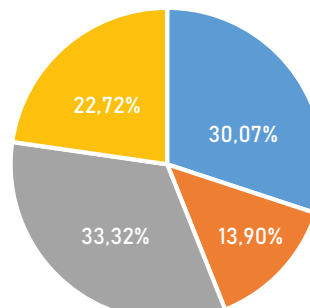
■ Fem Branco/Amarelo ■ Fem Negra/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo ■ Mas Negro/Indígena

Administração Direta



■ Fem Branco/Amarelo ■ Fem Negro/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo ■ Mas Negro/Indígena

Outras autarquias/fundações



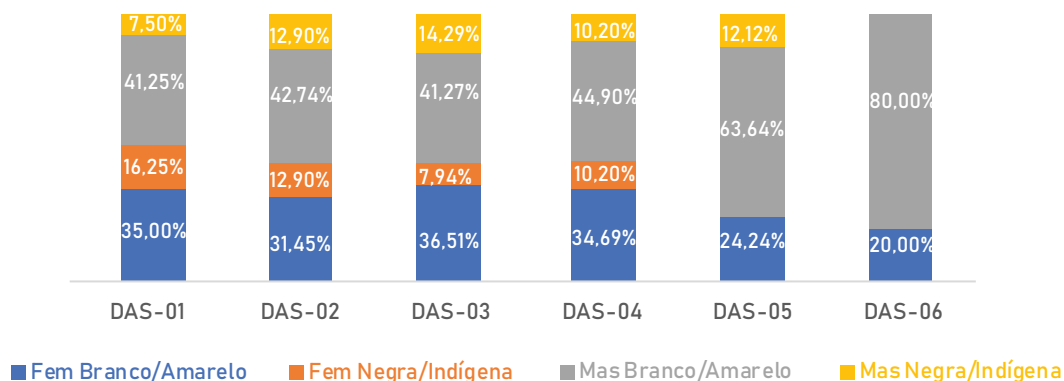
■ Fem Branca/Amarela ■ Fem Negra/Indígena  
■ Mas Branco/Amarelo ■ Mas Negro/Indígena

Entre os quatro agrupamentos apresentados, o que apresenta a maior proporção de mulheres é o grupo Outras autarquias/Fundações (43,97%), e a que apresenta a menor são as Superintendências (37,11%). Administração Direta e as Escolas de Governo apresentam proporções similares (42,04% e 43,97%, respectivamente).

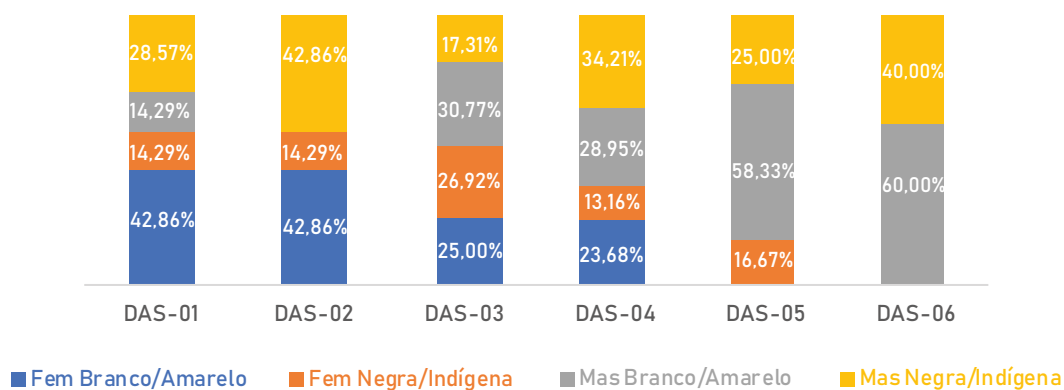
Em relação à raça, os (as) negros (as) estão mais presentes nas Superintendências (45,27%) e com menor presença na Administração Direta (35,73%). As escolas de governo/pesquisa e o grupo outras autarquias/fundações apresentam proporções similares (36,99% e 36,62%, respectivamente) ao da Administração Direta.



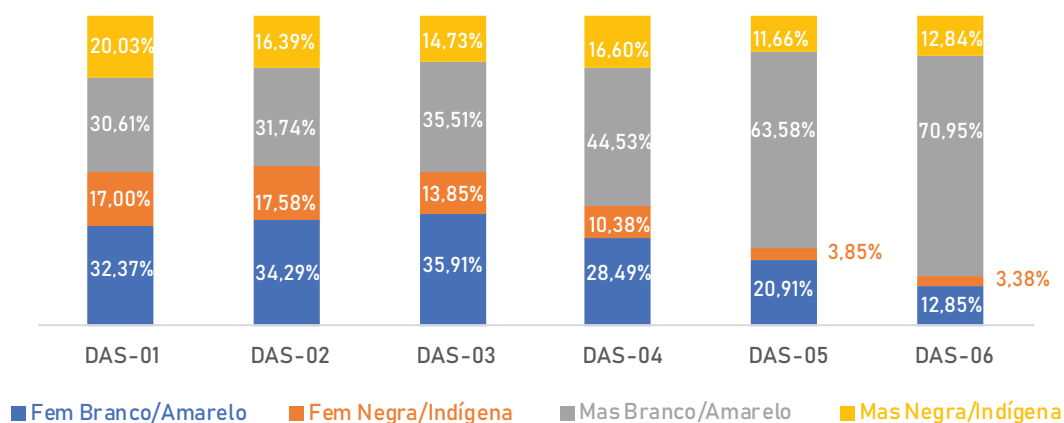
## Direção e Assessoramento Superiores (DAS) – Escolas de Governo e Pesquisa



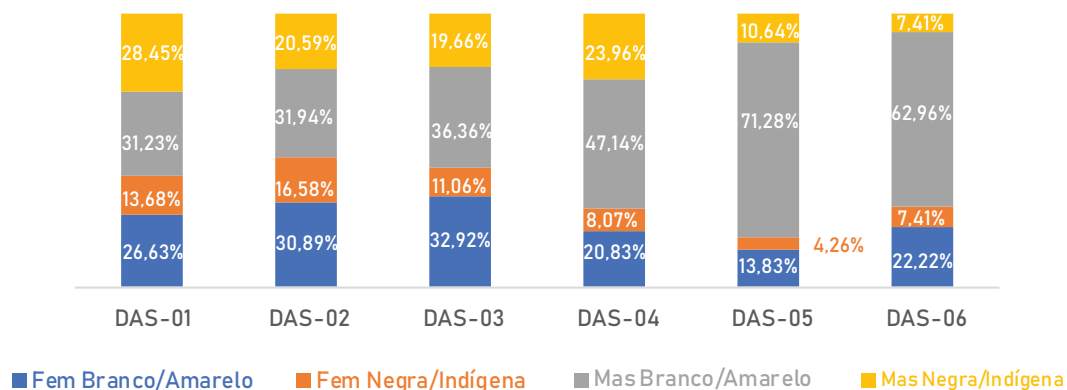
## Direção e Assessoramento Superiores (DAS) – Superintendências



## Direção e Assessoramento Superiores (DAS) – Administração Direta



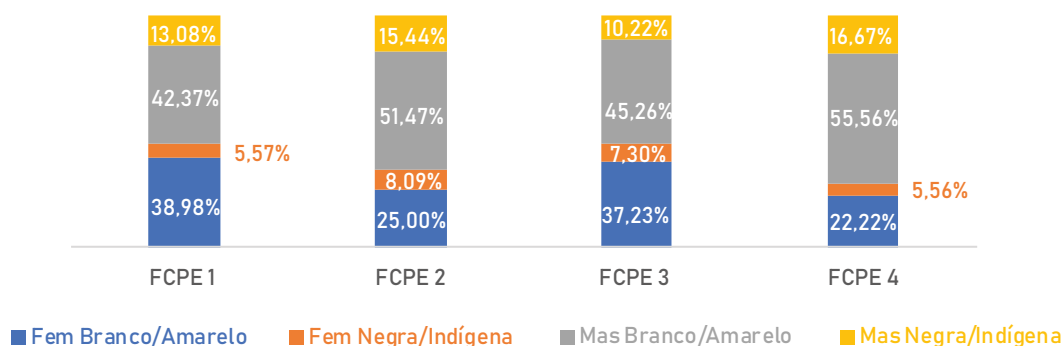
## Direção e Assessoramento Superiores (DAS) – Outras Autarquias e Fundações



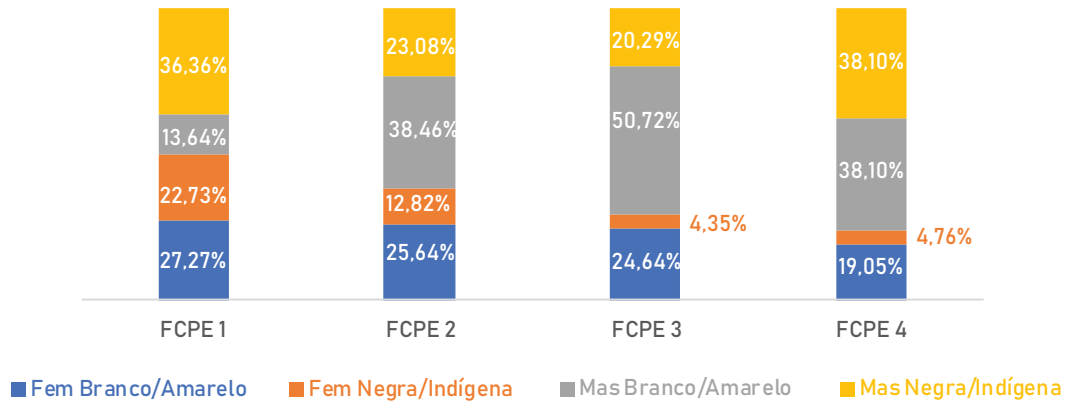
Os gráficos apresentados anteriormente e a seguir trazem a ocupação de DAS e FCPE por gênero e raça. Destaca-se entre as informações apresentadas o número muito alto de homens brancos ocupando DAS 5 e 6 em todos os agrupamentos, principalmente na Administração Direta, onde está localizado o maior número de DAS. O percentual de 70,65% dos DAS 6 são ocupados por homens brancos. Destaca-se também a ausência de negros ocupando DAS nas Escolas de Governo para os cargos de DAS 6, que são destinados aos presidentes dessas instituições. Nas Superintendências, destaca-se a ausência de mulheres ocupando DAS 6.

As Funções Comissionadas do Poder Executivo devem ser comparadas com os DAS 1, 2, 3, 4 e são ocupadas apenas por servidores e apresentam comportamento similares aos DAS, sem muitas mudanças significativas.

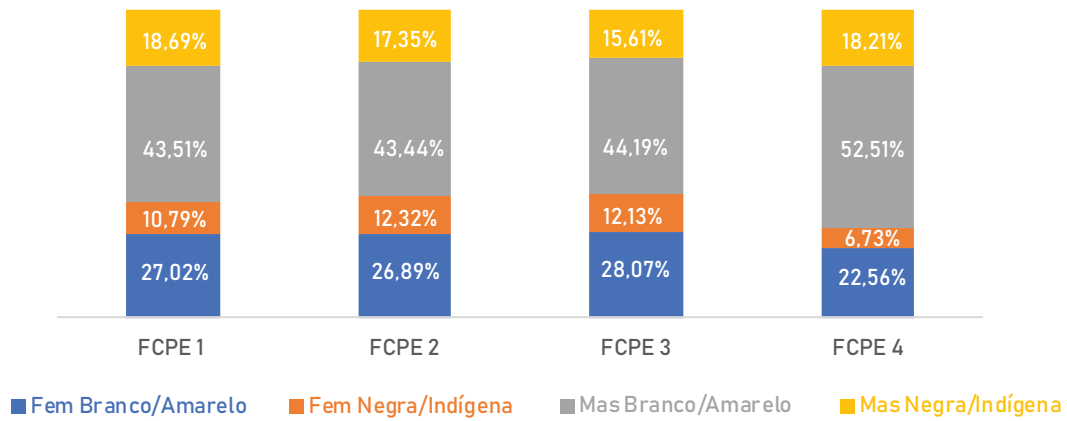
## Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) – Escolas de Governo e Pesquisa



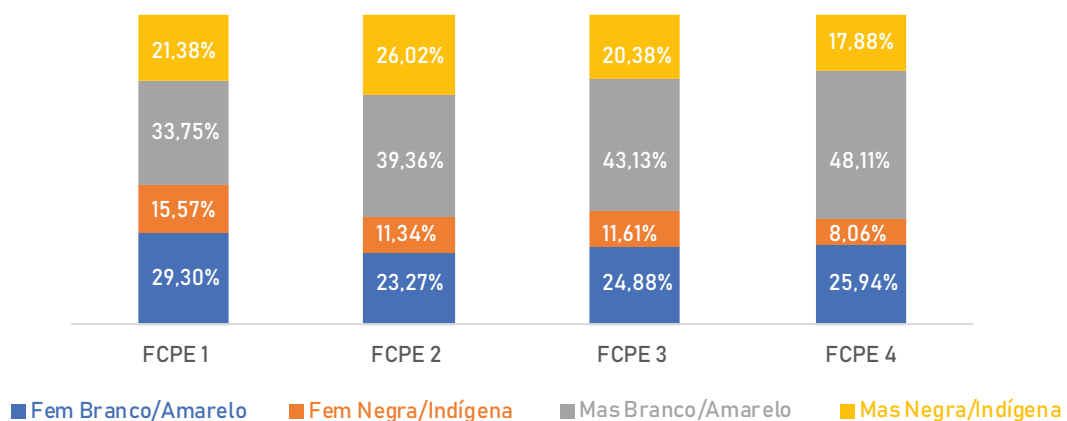
### Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) – Superintendências



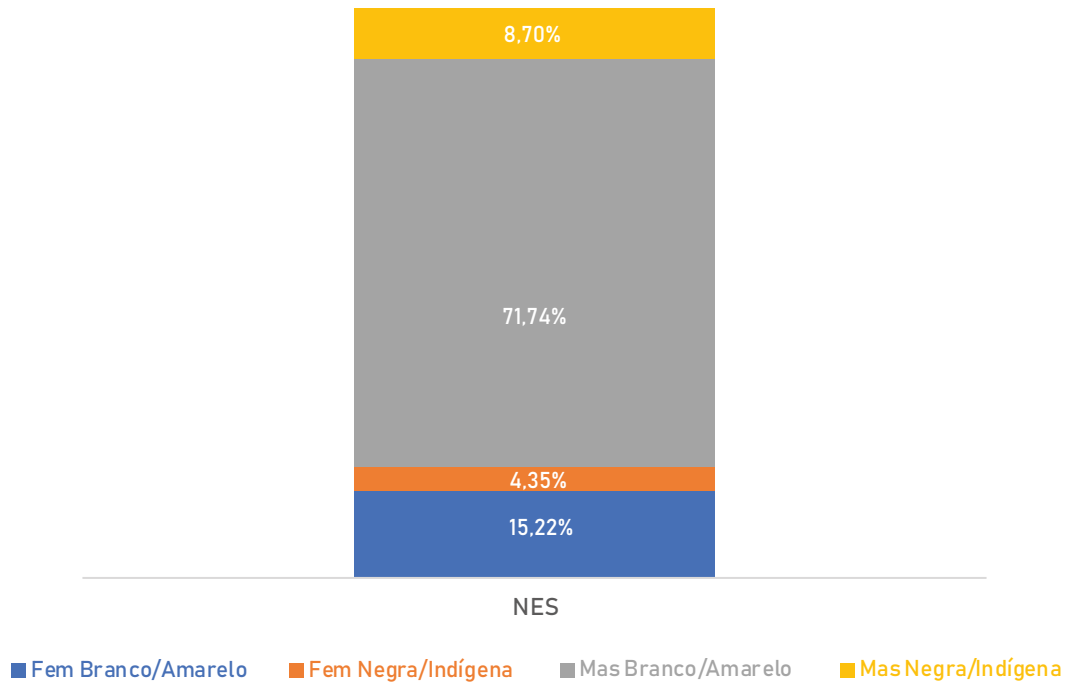
### Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) – Administração Direta



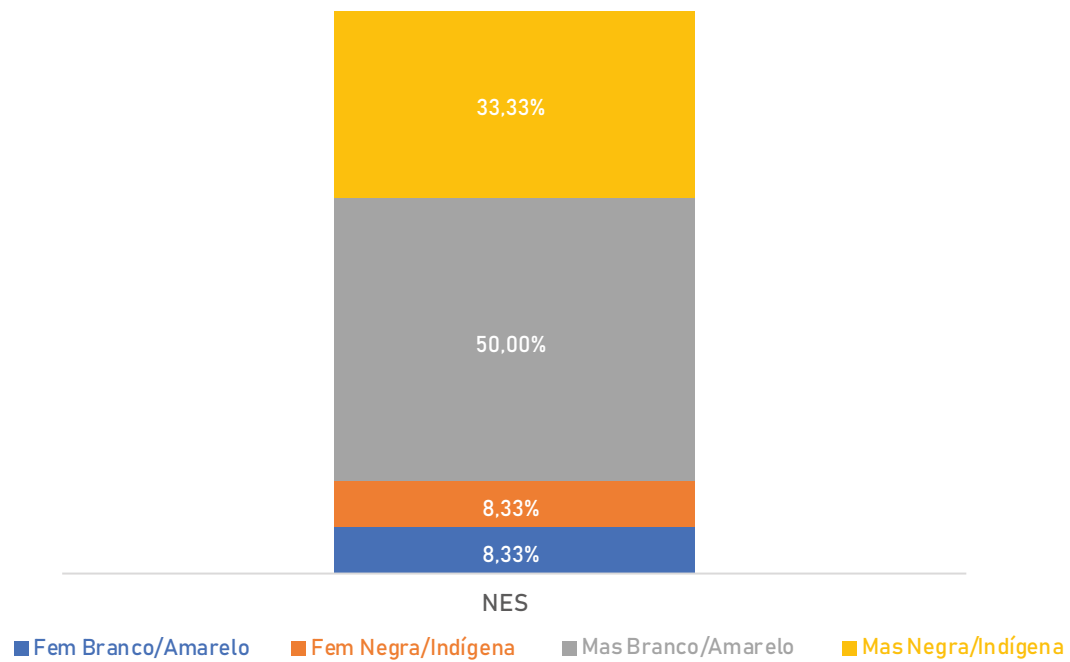
### Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) – Outras Autarquias e Fundações



### Cargos Comissionados de Natureza Especial (NES) – Administração Direta



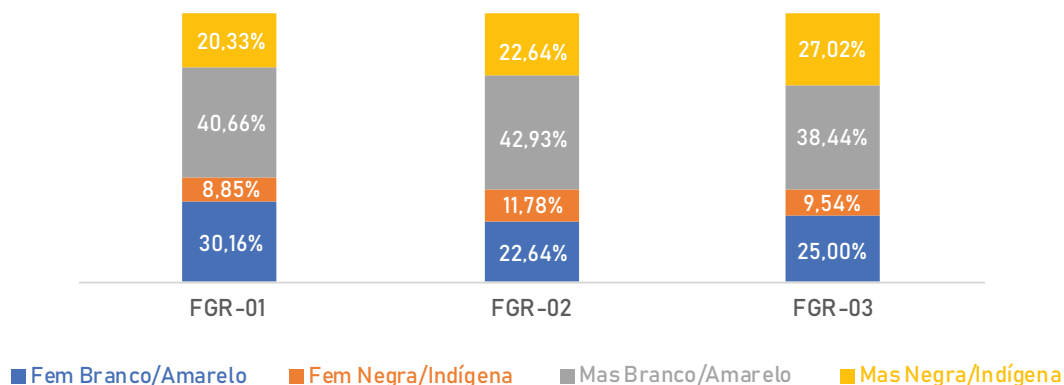
### Cargos Comissionados de Natureza Especial (NES) – Outras Autarquias e Fundações



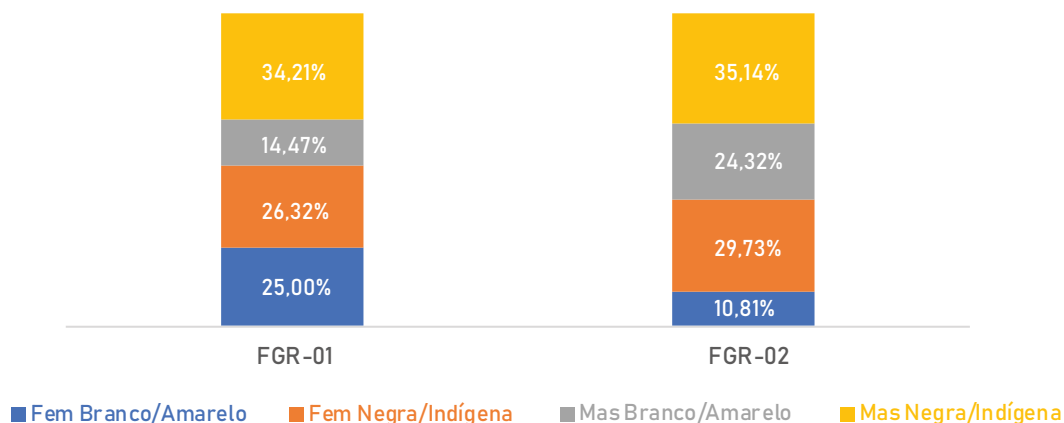
Os Cargos Comissionados de Natureza Especial (NES), dentro da Administração Direta, é o cargo que possui a maior desproporcionalidade em favor dos homens brancos (71,74%). Também possui uma grande desproporcionalidade em relação ao grupo mulheres negras (4,35%). No caso desse cargo no agrupamento Outras Autarquias e Fundações a desproporcionalidade é menor em favor dos homens brancos (50%), porém é mais acentuada quando comparamos homens (83,33%) e mulheres (16,67%).

As funções gratificadas (FGR) variam de importância e de valor do maior número para o menor, ou seja, a FGR-03 é um valor menor e de menor atribuição do que a FGR-01. Dessa forma, ocorre um comportamento menos desproporcional do que os demais cargos comissionados apresentados até agora (DAS, FCPE e NES). As mulheres ocupam, em média, 54,73% das FGR-01 entre todos os agrupamentos, e ocupam em média 39,05% das FGR-03.

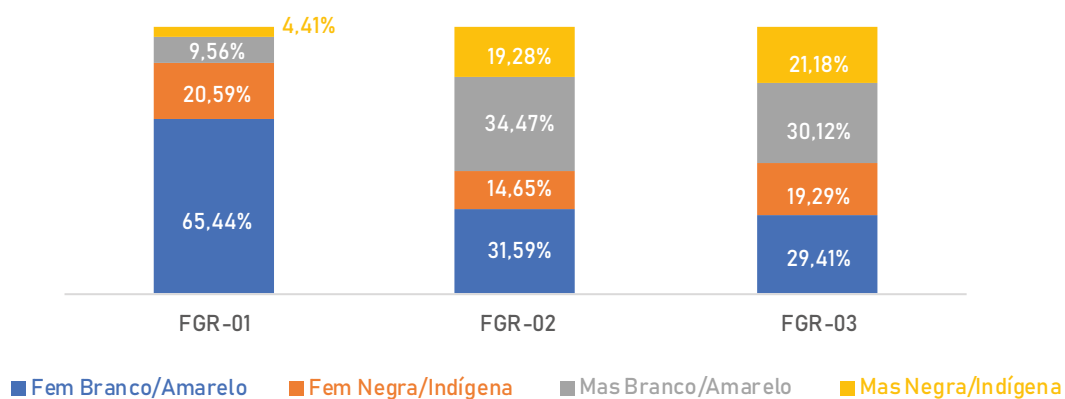
### Função Gratificada (FGR) – Escolas de Governo e Pesquisa



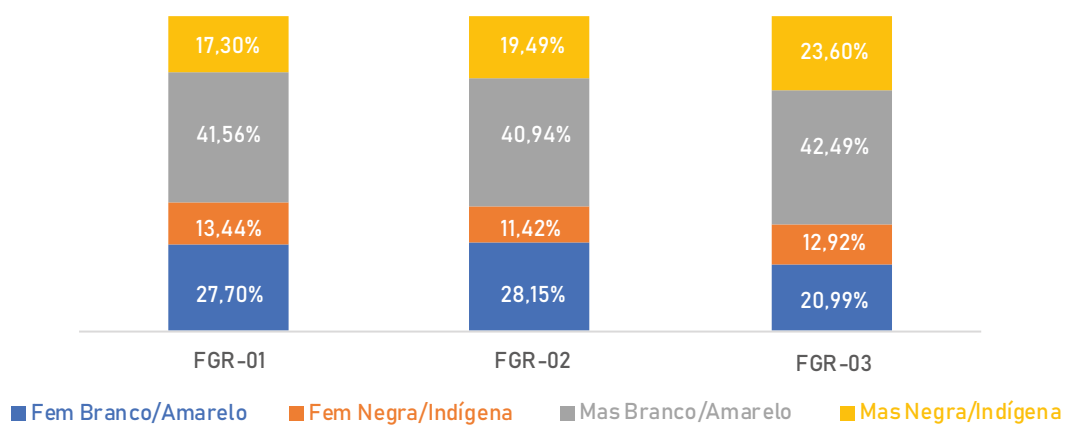
### Função Gratificada (FGR) – Superintendências



## Função Gratificada (FGR) – Outras Autarquias e Fundações

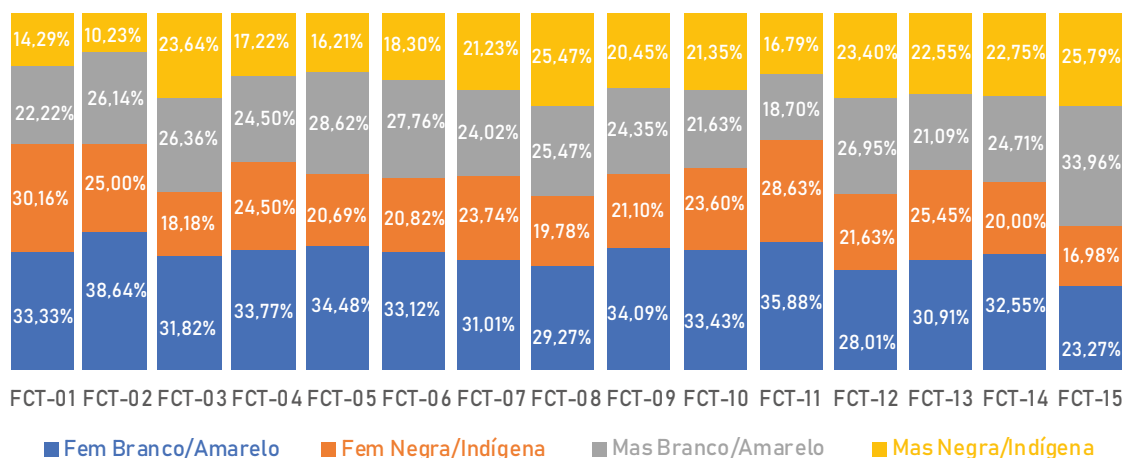


## Função Gratificada (FGR) – Administração Direta





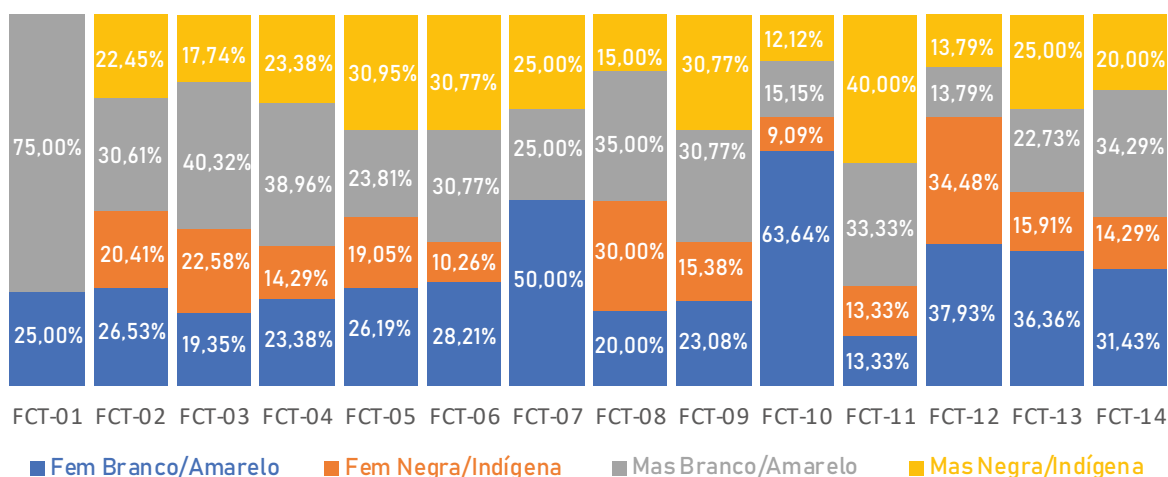
## Função Comissionada Técnica (FCT) – Administração Direta



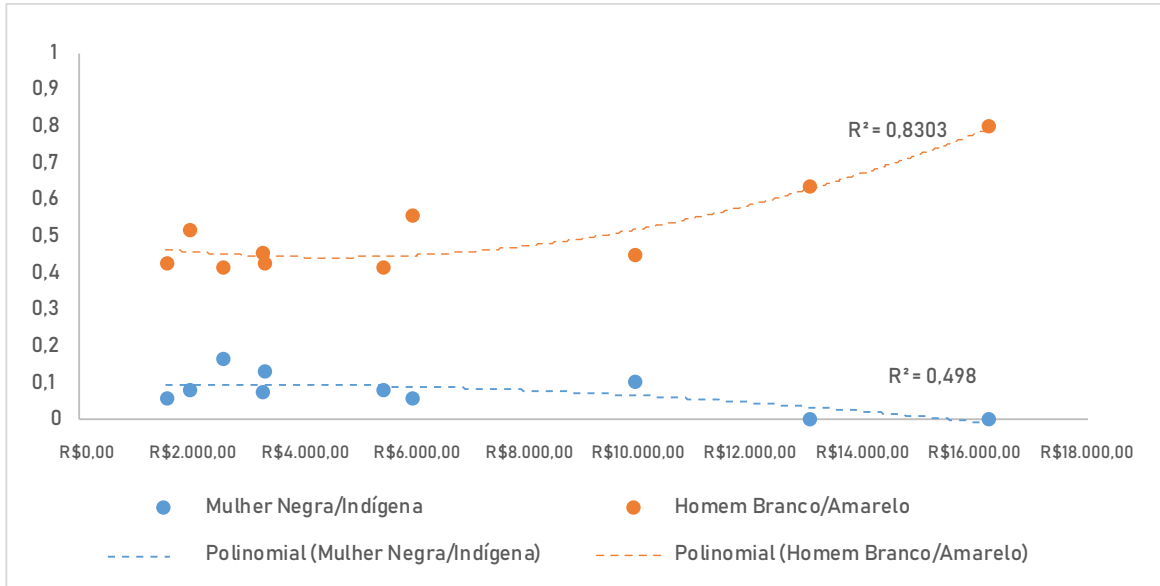
As Funções Comissionadas Técnicas (FCT), na Administração Direta, comportam-se também de forma parecida com as funções gratificadas. O número de mulheres aumenta de acordo com a importância da função. A FCT1, que é a de maior remuneração e competência, possui 63,49% de mulheres. A FCT-15, a de menor remuneração e competência, possui 40,25% de mulheres.

No agrupamento “Outras Autarquias e Fundações”, as FCT se comportam de forma contrária, sendo que a FCT- 01 tem 75% de ocupação de homens (brancos) e a FCT- 14 possui 54,29% de homens.

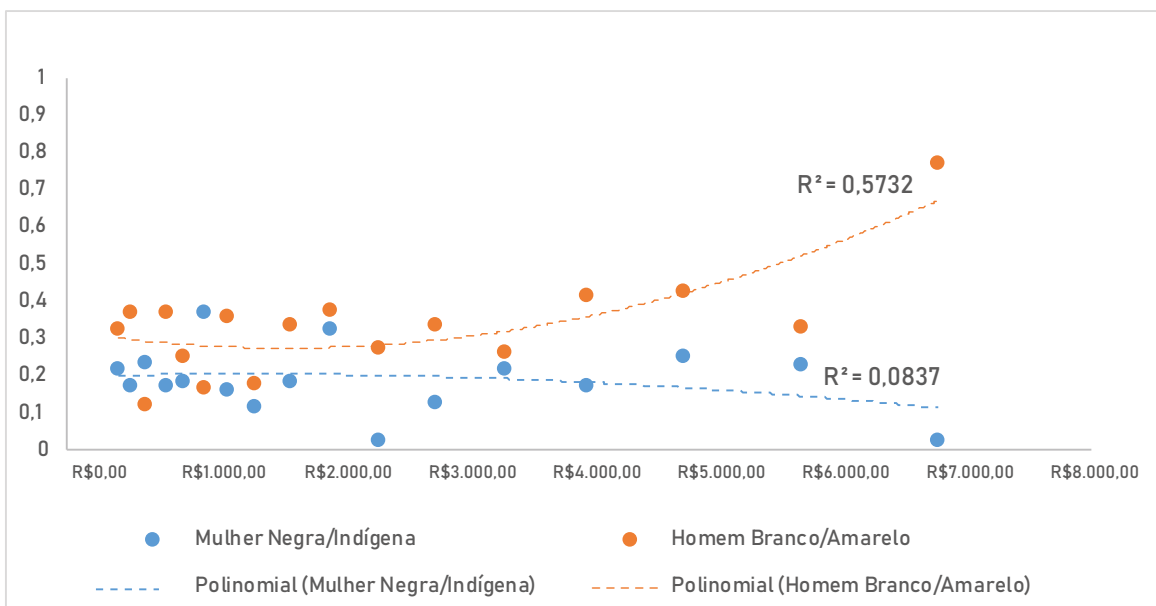
## Função Comissionada Técnica (FCT) – Outras Autarquias e Fundações



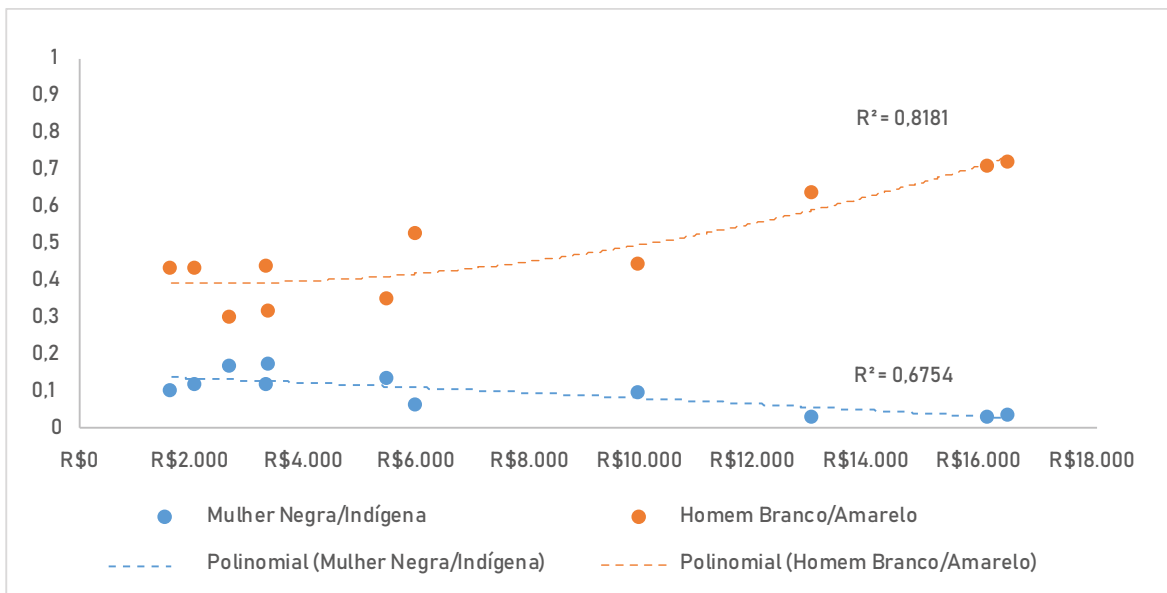
Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de cargos de direção (CD) - Escolas de Governo/ Pesquisa (jun./2018)



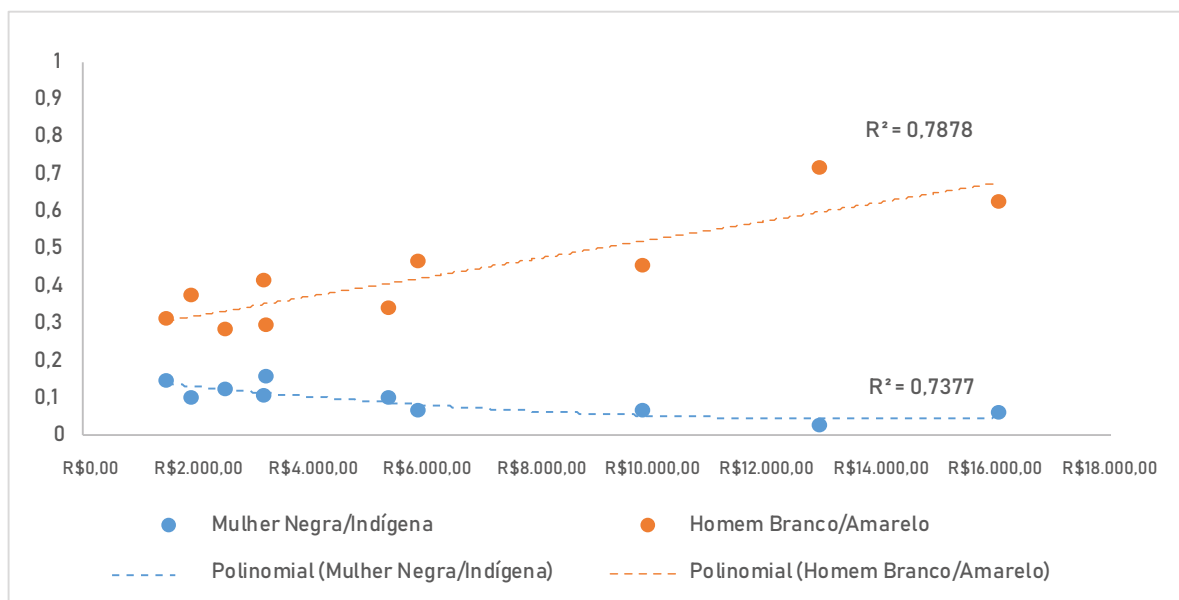
Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de cargos de confiança - Outras Autarquias e Fundações (jun./2018)



Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de cargos de comissionados - Administração Direta (jun./2018)



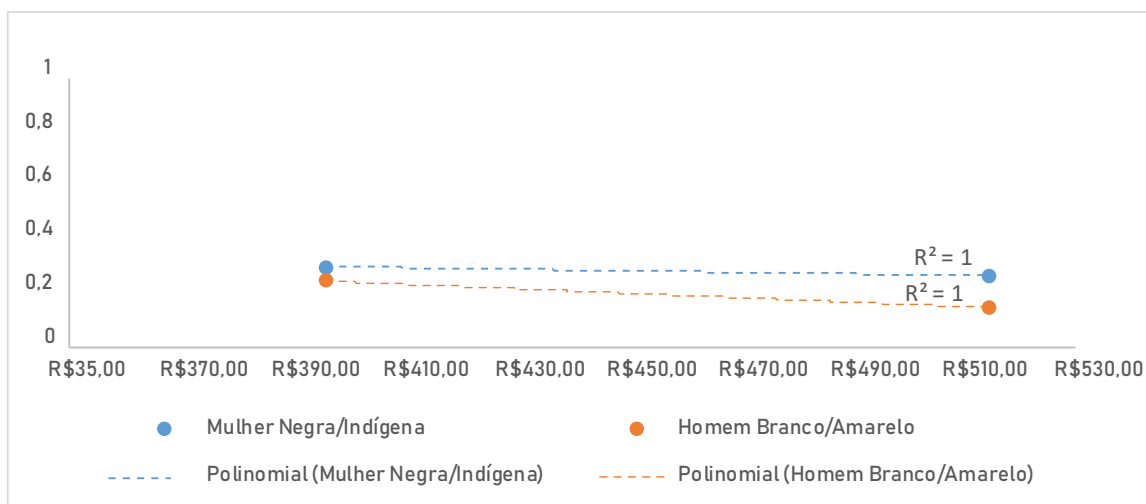
Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/ amarelos por remuneração de cargos de confiança - Outras Autarquias e Fundações (jun./2018)



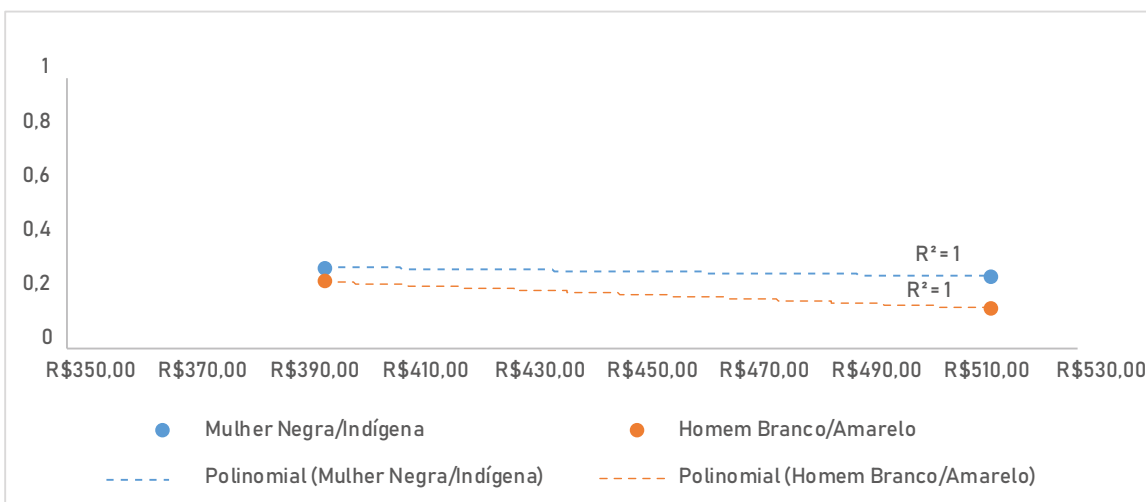
Os gráficos anteriores trazem a regressão simples entre ocupação por raça/gênero e valor da remuneração dos cargos de confiança. É possível observar a mesma tendência dos cargos de confiança dos agrupamentos anteriores: quanto maior a remuneração, menor a presença de mulheres negras e maior a presença de homens brancos.

Os gráficos a seguir trazem a mesma regressão, porém para as funções. Destaca-se na Administração Direta a tendência singular. Independente da remuneração da função, a ocupação de homens brancos e mulheres negras são próximas. Essa tendência, entretanto, ocorre apenas na Administração Direta, nos demais agrupamentos mantêm-se a tendência dos cargos de direção.

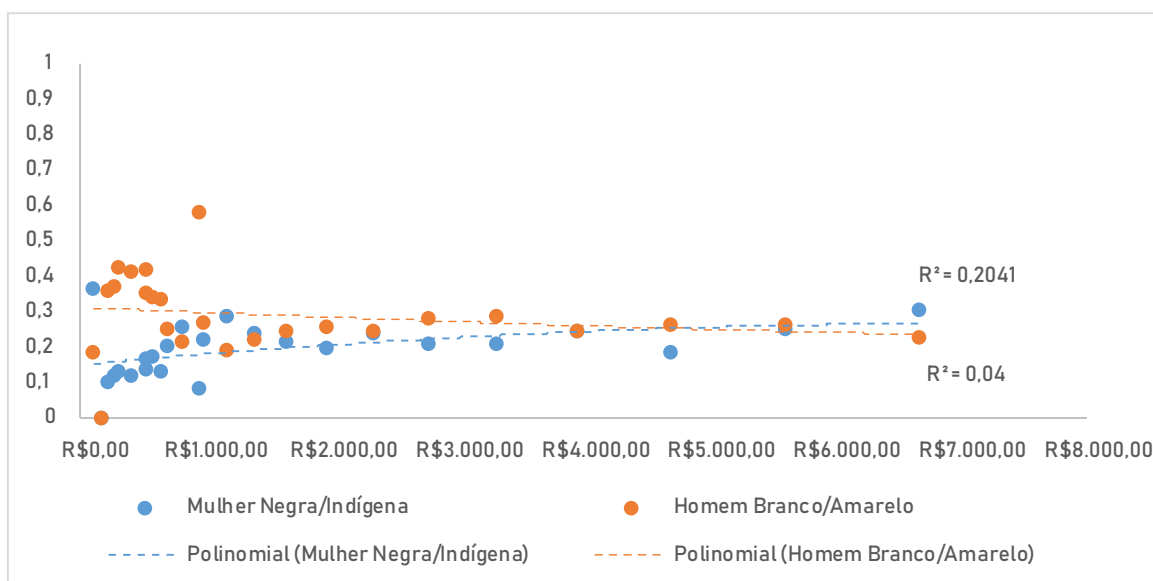
Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de funções gratificadas - Superintendências (jun./2018)



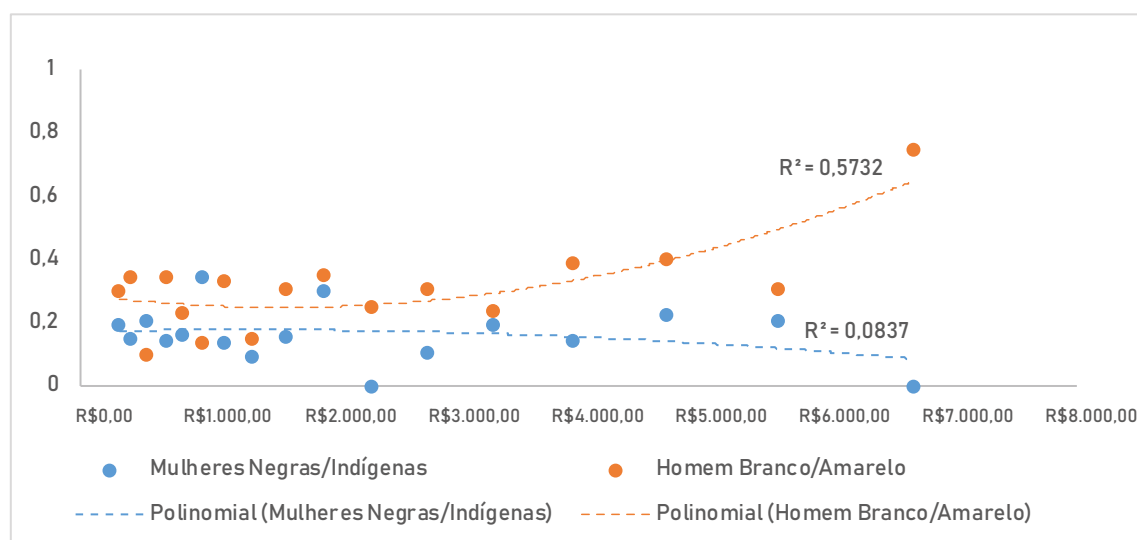
Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de funções gratificadas - Escolas de Governo/Pesquisa (jun./2018)



Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de funções - Administração Direta (jun./2018)



Dispersão da proporção de mulheres negras/indígenas e homens brancos/amarelos por remuneração de funções - Outras Autarquias e Fundações (jun./2018)



**Enap**

## Fundação Escola Nacional de Administração Pública

SAIS Área 2A – 70610-900 – Brasília, DF

Tel: 2020 3000

[dados@enap.gov.br](mailto:dados@enap.gov.br)

[www.enap.gov.br](http://www.enap.gov.br)

[infogov.enap.gov.br](http://infogov.enap.gov.br)



Centro de Apoio ao  
Desenvolvimento  
Tecnológico



**Enap**

MINISTÉRIO DO  
**PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

